

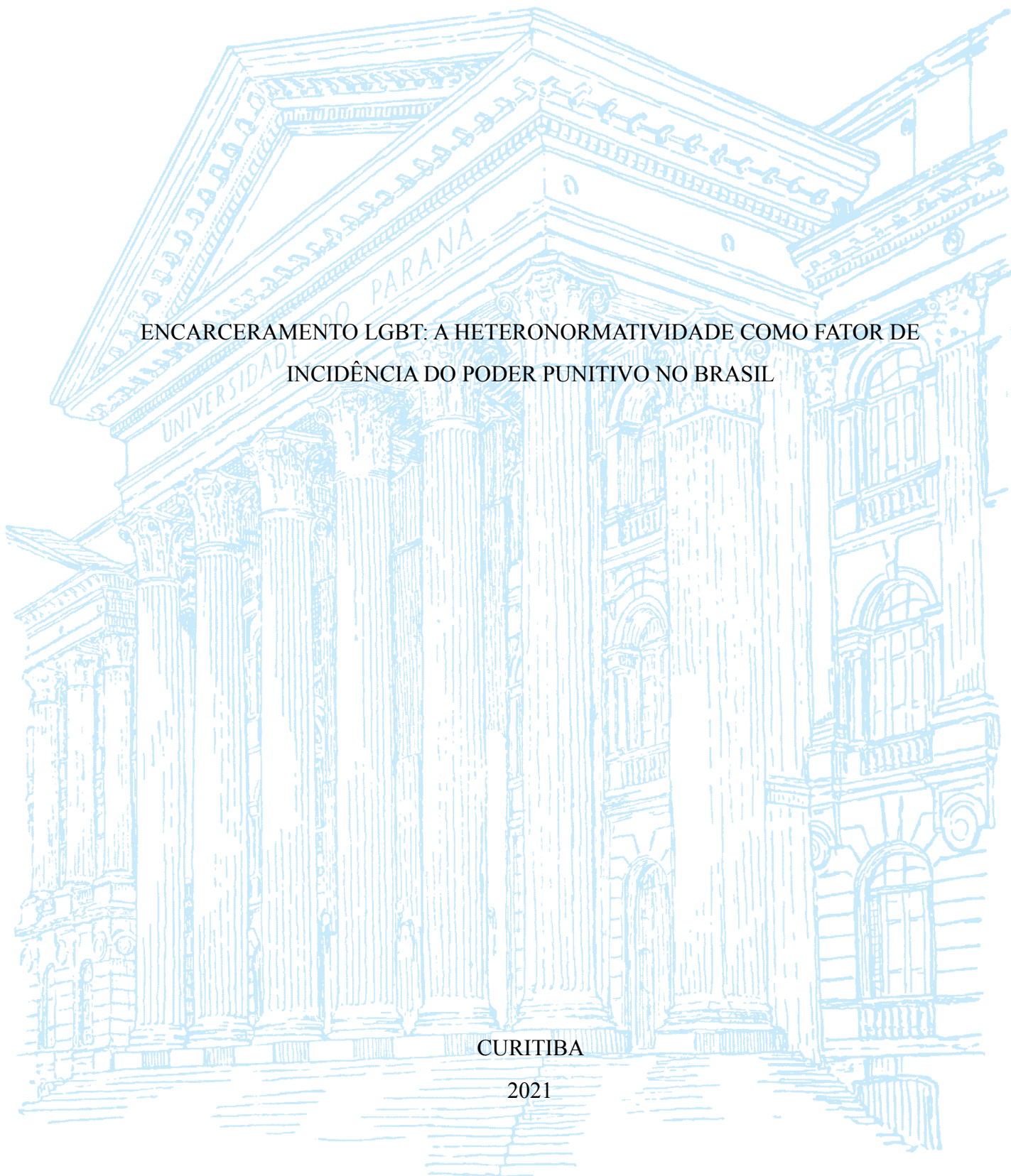
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELENA VIDAL TARASTCHUK

ENCARCERAMENTO LGBT: A HETERONORMATIVIDADE COMO FATOR DE
INCIDÊNCIA DO PODER PUNITIVO NO BRASIL

CURITIBA

2021



HELENA VIDAL TARASTCHUK

ENCARCERAMENTO LGBT: A HETERONORMATIVIDADE COMO FATOR DE
APLICAÇÃO DO PODER PUNITIVO NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Katie Silene Cáceres Arguello.

CURITIBA

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

ENCARCERAMENTO LGBT: A HETERONORMATIVIDADE COMO FATOR DE INCIDÊNCIA DO PODER PUNITIVO NO
BRASIL

HELENA VIDAL TARASTCHUK

Monografia aprovada como requisito parcial para
obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade
de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:




Prof. Dra. Katie Silene Cáceres Arguello
Orientador

Coorientador



Prof. Dra. Priscilla Placha Sá
1º Membro



Prof. Ms. Victor Sugamoto Romfeld
2º Membro

A meu avô, João Carlos Vidal, que abriu meus olhos para o mundo e cuja memória se mantém viva em tudo que significa ser eu.

“Aí, maloqueiro! Aí, maloqueira!
Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo')
Respira fundo e volta pro ringue (Vai)
Cê vai sair dessa prisão
Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do sol, entendeu?
Faz isso por nóiz
Faz essa por nóiz (Vai)
Te vejo no pódio”

Emicida - AmarElo part. Majur e Pabllo Vittar

RESUMO

O sistema punitivo brasileiro já nasceu seletivo, racializado e com a tendência de controle da sexualidade. Atualmente, as sequelas dessas origens ainda se mantêm. O crime e o criminoso são construídos socialmente, embasados nos interesses da elite. A máquina punitiva estatal é direcionada aos corpos pretos, pobres, jovens e favelados, e os instrumentos de punição são diversos. Todo esse processo de criminalização é paralelo a outro, não menos importante, de construção da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória, que empurra as pessoas LGBT, com performatividades diferentes da construída como “normal”, à margem, ao desemprego, ao desamparo econômico, ao isolamento familiar, à vulnerabilidade social. Por estarem marginalizados, especialmente os corpos LGBT pretos, pobres, mulheres travestis e transexuais, estes acabam, pela marginalização, sendo alvos, também, do poder punitivo. Já no cárcere, as mulheres lésbicas e bissexuais, com performatividade tida como mais “masculina”, têm uma situação, dentro das limitações, relativamente mais confortável do que as que têm performatividade mais “feminina”; e, por vezes, as mulheres lésbicas e bissexuais no cárcere vivem grandes histórias de amor. As mulheres travestis, transexuais e os homens gays, são tidas, dentro das unidades prisionais masculinas, todas como “bichas” e sofrem exclusão pelas Organizações Criminosas e são obrigadas a se isolarem, em unidades seguras ou em alas exclusivas para essas pessoas.

Palavras-chave: Criminologia. Labelling Approach. Seletividade. Heteronormatividade. Encarceramento.

ABSTRACT

The Brazilian punitive system was already born selective, racialized and with a tendency to control sexuality. Currently, the consequences of these origins still remain. The idea of crime and the criminal are socially constructed, based on the interests of the elite. The state's punitive machine is aimed at black, poor, young and impoverished bodies, and the instruments of punishment are diverse. This entire criminalization process is parallel to another, no less important, process of normative construction of heteronormativity and compulsory heterosexuality, which pushes LGBT people, with different performances from that understood as "normal", on the margins, to unemployment, to economic helplessness, family isolation, social vulnerability. Because they are marginalized, especially black LGBT bodies, the poor, transvestite and transsexual women, they end up, by marginalization, being also targets of the punitive power. In prison, depending on the different identity intersections, the reality is totally different. Lesbian and bisexual women, with performances considered more "masculine", have a situation, within limitations, relatively more comfortable than those with more "feminine" performances; and sometimes lesbian and bisexual women in prison live great love stories. Transvestite women, transsexuals and gay men, are considered, within male prison units, all as "fagots" and suffer exclusion by Criminal Organizations and are forced to isolate themselves, in safe units or in exclusive wards for these people.

Keywords: Criminology. Labeling Approach. Selectivity. Heteronormativity. Incarceration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO	11
2.1 ORIGENS DO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO	11
2.2 O SISTEMA PUNITIVO CONTEMPORÂNEO	18
2.2.1 O “LABELLING APPROACH” E AS FORMAS DE CRIMINALIZAÇÃO	19
2.2.1.1 A CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA	19
2.2.1.2 A CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA	21
2.2.1.2.1 A MÍDIA E A CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA	22
2.2.1.2.2 A POLÍCIA E A CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA	24
2.2.1.3 A CRIMINALIZAÇÃO TERCIÁRIA	29
3 LGBTs: CORPOS À MARGEM	32
3.1 OS RAMOS DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: DE ONDE VEM A EXCLUSÃO?	36
3.2 ENCARCERAMENTO LGBT	40
3.2.1 MULHERES E A LESBIANIDADE NO CÁRCERE	40
3.2.1.1 A CONDIÇÃO MULHER NO CÁRCERE	41
3.2.1.2 A CONDIÇÃO “SAPATÃO” NO CÁRCERE	43
3.2.2 A CONDIÇÃO DAS “BICHAS” NO CÁRCERE	48
4 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A precariedade, o inchaço, a superlotação e o imprevisto do sistema carcerário brasileiro não são de hoje. Tanto é que, em 2015, o STF (Supremo Tribunal Federal), em julgamento da ADPF nº 347,¹ julgou que os estabelecimentos prisionais brasileiros se encontram em um “estado de coisas inconstitucional”.

Para muito além de ambiente de segregação, aliás, o cárcere se coloca como imperativo do esquecimento, do abandono, do desdém. É a aplicação do poder punitivo sobre os corpos para fazê-los dóceis, normalizá-los,² despi-los de subjetividade e retirar deles o caráter de sujeito. São corpos, em Judith BUTLER,³ abjetos.

Esse caráter normalizador e cruel do cárcere, apesar de extremamente relevante, é, para todos os efeitos, bastante corriqueiro na Academia. Por este motivo, o presente trabalho veio por delimitar seu tema em uma das ramificações dessa crueldade do sistema punitivo, que se apresenta tanto como maneira de controle, tanto como forma de normalização: a tutela da sexualidade como forma de exercício da seletividade penal. Obviamente, em um sistema jurídico bastante moderno e que se adequa constantemente à realidade social, não é de se falar de uma criminalização (primária, legislativa) da sexualidade. Ora, não é como se o adultério ainda fosse um crime; como se o poliamor fosse proibido ou se como a homossexualidade fosse coibida com punhos de ferro. Todavia, o que o presente trabalho busca apontar é como a heterossexualidade compulsória,⁴ a obrigatoriedade não legal, mas moral - que envolve, aqui, desde as expectativas da família, da religião, e, principalmente, do capitalismo - de que se performe,⁵ que se siga, que se aja conforme a heterossexualidade. Caso essa heterossexualidade enquanto padrão normativo não seja seguida, as pessoas desviantes, ou “abjetas”, são obrigadas à margem.

O presente trabalho tem como método a realização de uma revisão bibliográfica, através de pesquisas em livros e artigos, sobre o sistema punitivo brasileiro, desde seu nascimento, até a contemporaneidade, para fins de demonstrar as diversas facetas da

¹ ADPF 347 MC, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 09/09/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-031 DIVULG 18-02-2016 PUBLIC 19-02-2016. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

² FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 193.

³ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 1993. p.3.

⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar. p. 57.

⁵ BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 15

seletividade penal, desde a construção legislativa, até a resposta à criminalidade e a auto-visão do criminoso.

Além disso, se buscará demonstrar como a seletividade penal é cruel e determina a atuação das forças estatais de controle para exterminar e encarcerar pessoas pretas, pobres, faveladas e jovens. Como processo paralelo a este, o trabalho deseja mostrar, também, as implicações penais da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, e como as suas diversas faces da exclusão contribuem para a marginalização das pessoas LGBT. Como consequência disto, se busca mostrar que as pessoas LGBT, em especial aquelas que tenham recorte de gênero e racial, acabam sendo jogadas à margem, e, por conta disso, sendo alvos do poder punitivo. A partir desse momento de seletividade, quando à disposição do poder punitivo, as pessoas LGBT marginalizadas caem nas garras do cárcere, adentram na subcultura criminal e sofrem diversas violações.

Deseja-se, ademais, de forma antropológica, usando como referência os trabalhos de Dráuzio VARELLA⁶ e Nana QUEIROZ,⁷ apontar as diversas formas de performatividade dessas pessoas no cárcere, à contracorrente da tendência maligna de neutralização por parte do poder punitivo; bem como suas vivências, sofrimentos e humanidades.

Um tema tão amplo, com tantas ramificações, é extremamente complexo. Por conta disto, o presente trabalho teve de fazer um recorte. A princípio, desejava-se falar apenas das mulheres LGBTs: as mulheres lésbicas, bissexuais (e todos os espectros entre essas denominações), mulheres transexuais e travestis. Todavia, como há de se demonstrar ao fim desse trabalho, no cárcere, não há qualquer distinção entre as “*bichas*”, como são denominadas todas as pessoas com performatividade que não seja a heteronormativa nos presídios masculinos. Assim, tanto homens gays, quando bissexuais e mulheres travestis e transexuais são vistos, no cárcere, da mesma forma. Suas vivências são, então, inseparáveis. Da mesma forma, quanto aos homens transexuais, o apagamento de suas vivências e identidades, no cárcere, é evidente. Há, também, nesse sentido, uma certa “confusão” entre gênero e sexualidade dentro da prisão no que tange às formas de tratamento e de identidade. As vivências, então, entre as mulheres lésbicas, bissexuais e os homens transexuais no cárcere, são inseparáveis e impossíveis de delimitar individualmente. O presente trabalho, portanto, não desejou apagar a vivência dos homens transexuais, mas apenas pincelar, pela

⁶ VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. E-book. Disponível em: https://www.amazon.com.br/gp/product/B071XTVF38/ref=ppx_yo_dt_b_d_asin_title_o00?ie=UTF8&psc=1. Acesso em: 01 fev. 2021.

⁷ **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021.

inseparabilidade, mas não deixando de lembrar que o objeto principal deste trabalho são as mulheres LGBT.

2 O SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO

2.1 ORIGENS DO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO

O sistema punitivo latino-americano, em comparação com os demais sistemas mundiais, é, no mínimo, *sui generis*. A constituição colonial da América Latina com consequência de séculos intermináveis de escravidão e subserviência culminaram não só numa cultura plural, como também num sistema punitivo igualmente diverso.

As Colônias viveram séculos de dependência não só econômica e social, como também legal. A América Latina, além dos outros abusos, vivia em subjugo jurídico dos invasores europeus. Segundo Eugenio Raúl ZAFFARONI:

La ideología del saber en que se asentó el control represivo colonial en América Latina, traído por los españoles y portugueses, fue de naturaleza eminentemente teológica (por así llamarle). Se trataba de una evidente superioridad del colonizador en el plano teológico, que al llegar encuentra a los indios inmersos en lo que el colonizador llama "idolatría". Estos "ídolos" no fueron considerados por los ibéricos como inexistentes ni como falsos, sino que se les reconoció realidad, como producto del demonio. Esta es una pieza clave para la cosmovisión que introdujeron los conquistadores: los ídolos eran obra del "maligno", no eran dioses, sino creación diabólica, pero como tal existían⁵. La lucha contra la "idolatría", es decir, contra las religiones americanas, era una lucha contra el demonio.⁸

O Brasil, por exemplo, só teve seu sistema punitivo tutelado pela Constituição de 1824⁹ e seu primeiro Código Penal em 1830¹⁰, quase uma década depois de sua proclamada Independência de Portugal. Até então, era subserviente às Ordenações do Império.

⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminologia**: aproximación desde un margen. Bogotá: Temis S.A, 1988. p. 62. Em tradução livre: "A ideologia do conhecimento sobre a qual se estabeleceu o controle colonial repressivo na América Latina, trazida pelos espanhóis e portugueses, era de natureza eminentemente teológica (por assim dizer). Era uma evidente superioridade do colonizador no plano teológico, que ao chegar encontrou os índios imersos no que o colonizador chamou de "idolatria". Esses "ídolos" não foram considerados pelos ibéricos como inexistentes ou falsos, mas foram reconhecidos como realidade, como um produto do demônio. Esta é uma peça-chave para a cosmovisão que os conquistadores introduziram: os ídolos eram obra do "maligno", não eram deuses, mas uma criação diabólica, mas como tais existiam. A luta contra a "idolatria", isto é, contra as religiões americanas, era uma luta contra o diabo"

⁹ BRASIL. **CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)**. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2020..

¹⁰ BRASIL. **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

As primeiras Ordenações, as Afonsinas¹¹ (1446) e Manuelinas¹² (1514), apesar de vigentes ao tempo da Colonização, foram pouco aplicadas. As Ordenações Filipinas¹³ (1603), por sua vez, vigoraram efetivamente até 1830. As penas previstas para os delitos descritos em seu Livro V variavam entre prestações pecuniárias, castigo corporal e morte.

Destaca-se, nas Ordenações, a punição severa da Sodomia. Nas Ordenações Manuelinas, por exemplo, a *sodomia*¹⁴ era equiparada ao crime de Lesa-Majestade, com previsão de pena capital na fogueira.

A Constituição de 1824 veio por proibir as penas cruéis e de açoite. Versava seu art. 179, XIX:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

(...)

XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis.

(...)

Ademais, proibiu penas de confisco de bens e determinou a salubridade e segurança das prisões:

(...)

XX. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja.

XXI. As Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes.

(...)

¹¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/>>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

¹² ORDENAÇÕES MANUELINAS. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/>>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

¹³ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

¹⁴ Aqui, fala-se em “sodomia” pois era o termo usado à época, importado da noção bíblica da homossexualidade.

O Código Penal de 1830, por sua vez, previa penas de galés¹⁵, de banimento¹⁶, de degredo¹⁷, desterro¹⁸, multa, suspensão e perda do emprego, além da pena de morte por enforcamento¹⁹. Previa a imprescritibilidade²⁰ das penas. Previa, também, a pena de prisão simples²¹ e prisão com trabalho²².

Todavia, apesar da previsão expressa de que as penas de prisão deveriam ser realizadas em prisões públicas “seguras, limpas e bem arejadas”²³, suas estruturas eram improvisadas e adaptadas de forma duvidosa. Segundo Rodrigo Duque Estrada ROIG²⁴:

Neste quadro punitivo de fins do período colonial e início do Império, destaca-se também a utilização, como prisões, de instalações precariamente adaptadas, tais como fortalezas, ilhas, quartéis e até mesmo navios, subsistindo ainda as prisões eclesiásticas especialmente em conventos.

Acerca do sistema penitenciário do século XIX, impossível é destacá-lo de seu contexto histórico: um escravismo caminhando para sua decadência, marcado por inúmeras insurgências, criminalizadas²⁵ pelo Código Penal de 1830. Assim, além dos prisioneiros

¹⁵ BRASIL. **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2020. Art. 44: “A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commetido o delicto, á disposição do Governo”;

E Art. 45: “A pena de galés nunca será imposta:

1º A's mulheres, as quaes quando tiverem commetido crimes, para que esteja estabelecida esta pena, serão condemnadas pelo mesmo tempo a prisão em lugar, e com serviço analogo ao seu sexo.

2º Aos menores de vinte e um annos, e maiores de sessenta, aos quaes se substituirá esta pena pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo.

Quando o condemnado á galés, estando no cumprimento da pena, chegar á idade de sessenta annos, ser-lhe-ha esta substituida pela de prisão com trabalho por outro tanto tempo, quanto ainda lhe faltar para cumprir”

¹⁶ Idem, Art. 50, Código Penal de 1830: “A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os inibirá perpetuamente de habitar o territorio do Imperio.

Os banidos, que voltarem ao territorio do Imperio, serão condemnados á prisão perpetua”.

¹⁷ Idem, Art. 51, Código Penal de 1830: “A pena de degredo obrigará os réos a residir no lugar destinado pela sentença, sem poderem sahir delle, durante o tempo, que a mesma lhes marcar.

A sentença nunca destinará para degredo lugar, que se comprehenda dentro da comarca, em que morar o offendido”.

¹⁸ Idem, Art. 52, Código Penal de 1830: “A pena de desterro, quando outra declaração não houver, obrigará os réos a sahir dos termos dos lugares do delicto, da sua principal residencia, e da principal residencia do offendido, e a não entrar em algum delles, durante o tempo marcado na sentença”.

¹⁹ Idem, Art. 38, Código Penal de 1830: “A pena de morte será dada na forca”.

²⁰ Idem, Art. 65, Código Penal de 1830: “As penas impostas aos réos não prescreverão em tempo algum”.

²¹ Idem, Art. 47, Código Penal de 1830: “A pena de prisão simples obrigará aos réos a estarem reclusos nas prisões publicas pelo tempo marcado nas sentenças”.

²² Idem, Art. 46, Código Penal de 1830: “A pena de prisão com trabalho, obrigará aos réos a occuparem-se diariamente no trabalho, que lhes fôr destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças, e dos regulamentos policiaes das mesmas prisões”.

²³ BRASIL. **CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)**. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro. Art. 179, XXI, Constituição de 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2020..

²⁴ ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e Prática Histórica da Execução Penal no Brasil**. 2013. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 29.

²⁵ BRASIL. **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Manda executar o Código Criminal. Código Penal de 1830. CAPITULO IV - INSURREIÇÃO:

Art. 113. Julgar-se-ha commetido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por

comuns, o ambiente carcerário era dividido com escravos insurgentes, e, também, usado para aplicação de punições a escravos desobedientes. É de se destacar, ainda, a ferrenha proibição de manifestações da cultura negra. A capoeira²⁶, por exemplo, era combatida com temor pelas autoridades. A paulatina conversão das punições físicas, do açoite e das galés, convertendo-se na defesa da pena de prisão veio seguindo as tendências Europeias e Norte-americanas. Continua Rodrigo Duque Estrada ROIG:

A contemporaneidade da defesa da pena de prisão nos países da Europa, Estados Unidos e Brasil deve-se não apenas à influência por nós sofrida, mas sobretudo à concomitância de um quadro social conflito em todos os referidos países. Enquanto nos primeiros a pena de prisão estava diretamente atrelada ao incremento produtivo e à necessidade de restabelecimento da ordem, abalada pelos movimentos sociais da primeira metade do século XIX, por aqui a prisão se apresentava, conforme já mencionado como uma resposta às vicissitudes e ameaças sofridas pela ordem escravista.²⁷

Afirma-se, portanto, com veemência: desde seus primórdios, o sistema punitivo brasileiro é, comprovadamente, racializado.

Mesmo sem as amarras da dependência, as colônias seguiam vítimas das máquinas Europeias, mas não mais da Espanha e Portugal. A Inglaterra, por exemplo, que no século XVIII deslanchou em seu desenvolvimento industrial, e demais países industrializados da Europa viram nas colônias independentes uma presa fácil para o desenvolvimento capitalista, sem, contudo, perder a visão que os precedeu de que a América Latina era inferior. Segundo Eugenio Raúl ZAFFARONI:

El imperio colonial ibérico se desmoronó inmediatamente y, en pocos años, ayudada por la nueva potencia mundial, Latinoamérica se desvinculó del poder español. Obviamente, no por eso se desvinculó del poder mundial, que desde sus nuevas manos —Inglaterra y los países industrializados de Europa— elaboraron una nueva ideología, que no hacía más que sostener las mismas líneas de la anterior en lo que a nuestra "inferioridad" se refiere.²⁸

A precariedade do cárcere em seus primórdios se evidenciava não só em suas finalidades, direcionadas à manutenção do *status quo*, com subserviência à ordem burguesa, como também em sua construção, em todos os aspectos da palavra.

Ainda em Eugenio Raúl ZAFFARONI:

meio da força.

Penas - Aos cabeças - de morte no gráo maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; - aos mais - açoutes.

(...) Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2020

²⁶ ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Direito e Prática Histórica da Execução Penal no Brasil*. 2013. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35.

²⁷ Idem, p. 39.

²⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminologia: aproximación desde un margen*. Bogotá: Temis S.A, 1988. p. 65

Como o punitivo é a chave do poder planetário, o que se diz a seu respeito não é resultado de uma busca ingênua de conhecimentos, de curiosidade científica desinteressada em âmbitos acadêmicos, mas sim que se defronta com o cerne da expansão colonial. Por isso, tudo o que se diz em criminologia é político, porque sempre será funcional ou disfuncional ao poder, o que não muda, ainda que quem o afirma o ignore ou o negue.²⁹

Reitera-se: conforme já evidenciado por Rodrigo ROIG, a estrutura carcerária era precária e improvisada. Os apenados cumpriam penas em barcos adaptados, em antigos conventos, e, até, em ilhas. É de se perceber, portanto, que a tendência de substituição das penas corporais pelas de prisão importada primeiro da Europa (no período colonial) e, mais tarde, dos Estados Unidos (quando este substituiu a Europa enquanto principal centro de influência econômica e cultural para o restante do continente americano) como não mais que uma ideia. Chegando aqui, pouco se sabia acerca de sua aplicação prática. Não se sabia, assim, se as penas deveriam ser aplicadas em estrutura Panóptica,³⁰ em modelo da Filadélfia³¹ ou de Alburn.³² Além disso, notava-se a ausência efetiva de um pensamento criminológico genuinamente Latino-americano, moldado e direcionado para a realidade fática latina, e que servisse ao *status quo* e aos interesses da elite, ressalta-se. É importante pontuar que à sociedade latina, a existência de um conhecimento genuíno não falta. Pelo contrário, desde os primórdios da colonização até os tempos atuais, a epistemologia local é tão vasta quanto sua pluralidade cultural. É de se citar, por exemplo, desde o ordenamento jurídico indígena, até a organização política dos quilombos. Todavia, todos esses pensamentos marginalizados sofreram uma lavagem etnocêntrica, a fim de perdurar apenas o conhecimento das elites intelectuais. Nesse sentido, versa ROSENMAN:

Una maldición se cierne sobre América Latina: ha llegado tarde a la historia. Estados sin nación, ciudadanos sinderechos, clases sociales sin proyectos, modernizaciones sinmodernidad, industrializaciones sin Revolución Industrial. Maldición que ha impregnado el pensamiento social latino-americano hasta el extremo de provocar una cierta parálisiscuya característica más burda es el complejo de inferioridad enla producción de conocimientos.³³

²⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. Tradução de Sérgio Lamarão. p. 25.

³⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 198.

³¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 231.

³² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 230.

³³ ROSENMAN, Marcos Roitman. **Pensar América Latina**. El Desarrollo de la sociología latinoamericana. Clacso. 2008. p. 31.

Dessa feita, o pensamento criminológico que se sobressaía era (e é) aquele importado das potências mundiais e amarrado à colcha de retalhos que se tornou o sistema punitivo Latino, e, mais especificamente, brasileiro. Ainda segundo Rodrigo Duque Estrada ROIG:

Tamanha indecisão deu azo à edificação de um estabelecimento penal totalmente desfigurado, que passou a agrupar modelos arquitetônicos, presos e regimes disciplinares de natureza diversas, dificultando sobrejamente a adoção de uma política penitenciária definida. (...) A este respeito, é acertada a conclusão de Andrei Koerner, segundo a qual as características das prisões do Império são mais do que deformações de um modelo, em virtude de ter sido malfeita a cópia de instituições europeias.³⁴

Ademais, desde o cerne do sistema carcerário brasileiro, haja vista sua precariedade e a não especificação a quem, efetivamente, este era dirigido, prendia-se sem critérios. Não se sabia, por exemplo, se o encarceramento se daria por prevenção especial negativa³⁵, de cunho retributivo ou positiva.³⁶ De todo modo, o cárcere funcionava perfeitamente para as elites: unia o útil - a quebra de um contrato (racionalização do poder punitivo burguês)³⁷ - ao agradável - penalização utilitarista³⁸, com o uso do trabalho como retribuição. Para Michel FOUCAULT:

Digamos que a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo de ônus reduzida como força “política”, e maximalizada como força útil. O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja “anatomia política”, em uma palavra, podem ser postos em funcionamento através de regimes políticos, de aparelhos ou de instituições (...) ³⁹

Não é caso, portanto, de considerar o sistema punitivo brasileiro pós Independência como sendo um trem desgovernado: apesar de sua tenra idade e precariedade de construção, servia bem (e muito) aos interesses das elites e tinha cunho completamente racializado.

Diz-se ser o sujeito do sistema punitivo ancestral indefinido, haja vista dividirem o ambiente carcerário o escravo, o insurgente eclesiástico, o rebelde, o criminoso comum e o louco. As instituições totais não só se coincidiam⁴⁰ em seu cerne, mas em sua concomitância.

³⁴ ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e Prática Histórica da Execução Penal no Brasil**. 2013. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 41.

³⁵ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. 2000. São Paulo. Ed. Saraiva. p. 68.

³⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl e BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. 2003. Ed. Revan. p. 125.

³⁷ MELLO, Camila Cardoso de. **A Contribuição do Discurso Criminológico Latino-Americano Para Compreensão do Controle Punitivo Moderno Penal na América Latina**. Dom Helder: Veredas do Direito, Belo Horizonte, 2006.

³⁸ BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo. 1984 Ed Abril.

³⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 240.

⁴⁰ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1981. Tradução de Dante Moreira Leite.

A prisão serve tanto como prisão, efetivamente, quanto como convento e como manicômio⁴¹. A miséria, a fome, a escravidão e a loucura, ao nascimento do sistema punitivo brasileiro, muito se confundiam. Segundo Nilo BATISTA:

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, as miseráveis condições de vida do proletariado e os esforços por sua organização, as tendências críticas ao capitalismo (como o anarquismo) e os movimentos socialistas tinham sugerido aos juristas burgueses que era preciso punir mesmo sem crime.⁴²

Ademais, outro aspecto importado dos países europeus, acerca da Sodomia, o Código Penal Brasileiro de 1830 veio por descriminalizá-la. Contudo, o caráter eclesiástico e moralista-cristão de aplicação das penas ainda perdurava, e, a despeito da ausência de previsão legal, a homossexualidade seguia sendo punida penalmente.

O século XIX é marcado pelo maior interesse da psicologia e psiquiatria pelas sexualidades desviantes. Essa influência chega às colônias, mas, nelas, acaba por se somar com a moralidade cristã. Para Michel FOUCAULT:

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida da prática da sodomia para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.⁴³

O controle da sexualidade, não só se mostrou efetivo na manutenção dos ideários cristãos, mas, também, na concretização da moralidade burguesa crescente. Não era momento, portanto, de queimar na fogueira os homossexuais, mas de colocá-los em status desviante, de corpos abjetos,⁴⁴ de corpos loucos. Assim:

Do final do século XVIII até o nosso, eles correm através dos interstícios da sociedade perseguidos pelas leis, mas nem sempre, encerrados frequentemente nas prisões, talvez doentes, mas vítimas escandalosas e perigosas presas de um estranho mal que traz também o nome de “vício” e, às vezes, de “delito”. (...) eles povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos; levam aos médicos suas infâmias e aos juizes suas doenças. Incontável família dos

⁴¹ Apesar de o Código Penal de 1830 prever ausência de imputabilidade para os sujeitos loucos que cometerem crimes (Art. 9º, II), não se dizia, efetivamente, o que deveria ser feito. O Código de 1890 (Art. 29) previa que “Os indivíduos isentos de culpabilidade em resultado de afecção mental serão entregues a suas famílias, ou recolhidos a hospitaes de alineados, si o seu estado mental assim exigir para segurança do publico”.

⁴² BATISTA, Nilo. **Verso e Reverso do Controle Penal**: os sistemas penais brasileiros. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. Organização de Vera Regina Pereira de Andrade. p. 153.

⁴³ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: i. vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 152 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. p. 43.

⁴⁴ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 1993. p.3.

perversos que se avizinha dos delinquentes e se aparenta dos loucos. No decorrer do século eles carregam sucessivamente o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerência” ou do “desequilíbrio psíquico”.⁴⁵

Faz-se esta leitura do momento nascituro do sistema punitivo latino-americano, e, mais especificamente, brasileiro, para demonstrar que sua construção se deu em percalços. Essa fragilidade estrutural deixou marcas profundas no sistema punitivo atual, como a intrínseca ligação entre a raça, o gênero, a sexualidade, a classe e a sanidade mental. Assim, todos esses institutos, dentro do cárcere, devem ser lidos de maneira interseccional.

2.2 O SISTEMA PUNITIVO CONTEMPORÂNEO

O sistema punitivo brasileiro, racializado, elitista, seletivo e desorganizado em seu cerne, em nada mudou sua essência desde seu nascimento. Pelo contrário, o sistema pouco teve, estruturalmente, de se adequar à modernidade, mas a recíproca não é verdadeira. Em termos legislativos penais, parte-se do pressuposto de uma lógica penal vigente, gigante e intrínseca, à qual a legislação, doutrina e jurisprudência se adequam. Aparentes “mudanças” estruturais do sistema penal nada são além de um verdadeiro baile de máscaras, lotado de fantasias, que embelezam o exterior, mas que, por dentro, se mantém fétido.

Segundo ZAFFARONI, o sistema punitivo seria o “bife à milanesa com batatas fritas”⁴⁶ da humanidade: que sempre existiu, e sempre existirá, sem questionamentos.

Assim, não se muda a lógica punitiva. Punir e restringir a liberdade de pessoas pobres, pretas e marginais ainda é a razão mãe da existência do sistema. Todavia, por conta das mudanças estruturais capitalistas, do encurtamento das fronteiras, do desenvolvimento tecnológico e do consumo em massa, o sistema penal se amolda às necessidades do Capital, haja vista serem a sua existência e sua finalidade completa e totalmente interseccionadas. Para Nilo BATISTA:

Estamos assistindo a uma profunda transformação do sistema penal, que corresponde à passagem ao capitalismo de serviços das sociedades pós-industriais, dominadas pelo vídeo-capital financeiro transnacional, cuja reprodução, afora as orgias especulativas, se alavanca no consumo massivo. Na área da comunicação, os saltos tecnológicos oferecem instrumentos de vigilância que ingressam na intimidade da pessoa e nas coisas suspeitas, seja qualquer valise num aeroporto, seja o embrulho postado por um pobre no shopping; as interceptações telefônicas oficiais, mesmo generosamente autorizadas por alguns magistrados, frequentemente na incabível linha

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: i. vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 152 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. p. 40.

⁴⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. Tradução de Sérgio Lamarão. p. 16.

prospectiva - uma pescaria institucional na privacidade alheia - nada representam quantitativamente diante das oficiosas, praticadas por particulares. A marginalização intensiva de contingentes humanos, através do desemprego e do desmonte de programas assistenciais públicos efetuada pelo empreendimento neoliberal, demanda mais controle social penal.⁴⁷

O processo de embelezamento da lógica penal se dá, também, na esfera da linguagem.⁴⁸ Palavras tal qual a “ressocialização” mascaram a verdadeira faceta por trás dela: a punição desenfreada e o controle higienista da marginalização por intermédio do cárcere. O cárcere não tem, em qualquer momento, o âmago de “ressocializar” para fins de reinserção do apenado à sociedade.

Dito isso, é evidente que o sistema punitivo se mantém tão cruel e seletivo quanto era em seu cerne. Ademais, sua lógica básica, de controle dos corpos e da alma, que, para Michel FOUCAULT:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em tomo, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos — de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência.⁴⁹

2.2.1 O “Labelling Approach” E As Formas De Criminalização

2.2.1.1 A Criminalização Primária

A criminalidade - enquanto ontologia e práxis - é imposta socialmente. Ora, não há, na existência humana, imperativos categóricos - ou leis universais⁵⁰. Assim, a partir da construção social do conceito de “crime”, se inicia um processo de rotulação (ou etiquetamento). Para Alessandro BARATTA:

...não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a reação das instâncias oficiais (polícia, juízes, instituições penitenciárias que as aplicam, e que, por isso, o *status* social de delinquente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinquência...⁵¹

⁴⁷ BATISTA, Nilo. **Verso e Reverso do Controle Penal**: os sistemas penais brasileiros. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. Organização de Vera Regina Pereira de Andrade. p. 154.

⁴⁸ HABERMAS, Jürgen. (1984). *The theory of communicative action*. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 28.

⁵⁰ KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Tradução de Camilo Barbosa. p. 16.

⁵¹ BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 86

Assim, a tipificação do crime - a sua ideia abstrata - seria a criminalização (ou rotulação) primária.

Seria um sistema perfeito, se não fosse permeado de subjetividades, interesses e preconceitos. Como ora se disse, impossível é desvincular o sistema punitivo de seu contexto de capitalismo tardio. A punição se impõe tanto como meio, tanto quanto fim da concretização capitalista do controle dos corpos e da manutenção do *status quo* da branquitude e da elite. Deste modo, defende Roberto AGUIAR:

O direito é um termômetro das relações sociais em dada sociedade, pois, se de um lado ele é um dever-ser, um conjunto normativo ideológico, de outro ele é um fenômeno observável que surge dos conflitos sociais e serve para controlar esses mesmos conflitos. Assim, o direito é ideológico, é interessado, é parcial e é uma ordem emanada do poder para controlar os destinatários segundo os interesses e a ideologia dos grupos que legislam.⁵²

Nesse sentido ideológico-capitalista da previsão legal, aliás, não só se inclui o que é descrito como crime, como também o que é defendido enquanto bem jurídico. Assim, em um sistema marcado pela lógica do capitalismo tardio, se legisla sempre com o intuito de maior tutela daqueles bens patrimoniais, em detrimento de outros. É a lógica vigente no ordenamento Brasileiro, vez que, segundo o INFOPEN de 2017⁵³, dos 520.251 crimes pelos quais se cumpria pena, 234.866 (mais de 45%) tinham cunho patrimonial.

Outro aspecto importante da criminalização primária é a tipificação dos crimes de drogas. A criminalização legislativa - na letra da lei - das drogas como um todo, assim como defende Luis Carlos VALOIS,⁵⁴ tem o intuito de criação de um crime de “fácil apuração e condenação”⁵⁵. Assim, segundo o autor, o legislador estabelece tipos penais extremamente amplos, que facilitam ao aplicador da lei a subsunção ao tipo. Dessa forma, diversas condutas completamente diferentes podem e são tipificadas como o mesmíssimo crime. O principal exemplo disso, ainda segundo Luis Carlos VALOIS, é o art. 33 da Lei de Drogas, a Lei Nº 13.343/06, que prevê não menos que dezoito verbos que implicam no mesmo crime: o tráfico de drogas. Vê-se:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo,

⁵² Aguiar, Roberto. **O que é justiça** : uma abordagem dialética / Roberto Aguiar . – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2020. 320 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 279). p. 313.

⁵³ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2017; Disponível em <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>

⁵⁴ COELHO, Luís Carlos Honório de Valois. **O Direito penal da Guerra às Drogas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

⁵⁵ Idem, p. 424.

guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa⁵⁶.

Com isso, e sabendo que a legislação já parte de seu pressuposto de existência com uma realidade determinada pelos interesses do poder punitivo, este já tem muito bem delimitado quem será alvo desse poder e em quais circunstâncias. Antes mesmo que sequer haja o crime, já se sabe quem é o criminoso.

2.2.1.2 A Criminalização Secundária

O comportamento criminoso seria, portanto, aquele que infringe a norma jurídica, mas que, ao mesmo tempo desencadeie uma resposta, uma reação social, por ter, ainda em Alessandro BARATTA, ocasionado uma

...indignação moral, embaraço, irritação, sentimento de culpa e outros sentimentos análogos. Tal comportamento é, antes de tudo, percebido como oposto ao comportamento “normal”.⁵⁷

E, para além, leciona Alessandro BARATTA que, em Gustav RADBRUCH:

A linha principal de uma política criminal alternativa se basearia na diferenciação da criminalidade pela posição social do autor: ações criminosas das classes subalternas, como os crimes patrimoniais, por exemplo, expressariam contradições das relações de produção e distribuição, como respostas individuais inadequadas de sujeitos em condições sociais adversas; ações criminosas das classes superiores, como criminalidade econômica, dos detentores do poder, ou crime organizado, exprimiriam a relação funcional entre processos políticos e mecanismos legais e ilegais de acumulação do capital. Essa diferenciação fundamentaria orientações divergentes: por um lado, redução do sistema punitivo mediante despenalização da criminalidade comum e substituição de sanções penais por controles sociais não-estigmatizantes; por outro lado, ampliação do sistema punitivo para proteger interesses individuais e comunitários em áreas de saúde, ecologia e segurança do trabalho, revigorando a repressão da criminalidade econômica.⁵⁸

⁵⁶ BRASIL. LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 2006.

⁵⁷ BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 95

⁵⁸ Idem, p. 19.

Aqui, insta lembrar que nem todo o comportamento descrito como criminoso ocasiona uma resposta idêntica, vez que a reação social depende de comportamentos perturbadores. Certos comportamentos, mesmo que criminosos, não são tidos como perturbadores, vez que inclusos na chamada “cifra negra” do sistema punitivo, que, para Juarez CIRINO dos Santos:

...representa a diferença entre a aparência (conhecimento oficial) e a realidade (volume total) da criminalidade convencional, constituída por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados (por desinteresse da polícia, nos crimes sem vítima, ou por interesse da polícia, sob pressão do poder econômico e político), além de limitações técnicas e materiais dos órgãos de controle social.⁵⁹

De todo modo, a partir do momento em que se subsume uma conduta à previsão legal, ocasionando a reação social, o Estado - dotado da prerrogativa de força e da titularidade do poder punitivo - é legitimado para exercer o tratamento penal previsto em lei. Assim, o Estado age por intermédio das instituições de violência e de controle penal formal - Polícias, Ministério Público, Judiciário e Administração Penitenciária. Se trata do momento da criminalização secundária - por intermédio da qual se aplica a atribuição subjetiva do criminoso.

Nesse processo de criminalização secundária, é de se citar, também, as agências de controle formal indiretas - tal qual a mídia.

2.2.1.2.1 A Mídia E A Criminalização Secundária

Segundo Helena Schiessl CARDOSO,⁶⁰ as organizações midiáticas brasileiras são tidas, pelas elites, como forma de exercício de um “coronelismo eletrônico”,⁶¹ que se impõe pela exigência de favores e apadrinhamentos,⁶² com enorme concentração de poder. Para a autora:

Experimentamos entre nós igualmente a tendência da concentração da propriedade no setor de comunicações. Mas com uma peculiaridade: no Brasil, o setor de radiodifusão e de imprensa sempre se destacou por uma extraordinária concentração da propriedade — concentração horizontal,

⁵⁹ SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*, 2a ed, Rio de Janeiro, Lumen Juris/ICPC, 2006. p 13

⁶⁰ CARDOSO, Helena Schiessl. **DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25722/Dissertacao%20Helena%20Schiessl%20Cardoso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 out. 2020.

⁶¹ Idem, p. 21.

⁶² Idem, p. 22.

vertical, cruzado e “em cruz” — ainda que o regime jurídico-constitucional vede o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação.⁶³

Dessa forma, a mídia veicula notícias sobre crimes por dois principais motivos. O primeiro, mais evidente, se dá pela alta rentabilidade e popularidade deste tipo de notícia - em especial, daquelas com cunho violento. Conforme leciona Muniz SODRÉ⁶⁴, é inerente ao ser humano um certo sentimento de prazer, cujo conteúdo beira àquele sexual, de observar atos violentos contra outros seres humanos. Assim, levando à baila que as instituições midiáticas não só se encontram inclusas no capitalismo, mas que dele também dependem intimamente, é evidente que a veiculação de crimes é absurdamente rentável. Para além disso, e, aqui, se adentra no segundo motivo da veiculação de crimes violentos pela mídia, muito mais obscuro e menos evidente, a veiculação é feita porque a mídia é subserviente aos interesses capitalistas.

O capitalismo encontrou, no sistema criminal, uma forma de, garantir lucro - como, por exemplo, pela veiculação de notícias de crimes -, mas, também, de “docilizar”⁶⁵ aqueles corpos que fogem à lógica capitalista: que sejam ociosos, maus consumidores, que cometam crimes patrimoniais, que não tenham força útil trabalhista. Para Nilo BATISTA, o capitalismo “recorreu ao sistema penal para duas operações essenciais: 1ª. Garantir a mão-de-obra; 2ª impedir a cessão do trabalho”⁶⁶.

Ademais, a subserviência da mídia ao sistema punitivo (e, por consequência capitalista) se efetiva, para além, por intermédio da supernotificação dos atos criminosos: os mesmos crimes são repetidos tantas vezes, e de forma tão exaustiva, em tantos canais e meios de comunicação, que o espectador tem a - falsa - impressão de que existe quantidade infinitamente maior de crimes do que de fato há.

A linguagem usada nas notícias é, também, forma de manipulação midiática: é usado tom “oficial” e autoritário nas notícias para indicar maior veracidade. Assim, o uso de títulos subjetivos, como “ladrão”, “bandido”, são formas de julgar (ou pré-julgar) o indivíduo, antes mesmo da interferência judiciária. Esse processo é estigmatizante e desumano, e cria uma

⁶³ CARDOSO, Helena Schiessl. **DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25722/Dissertacao%20Helena%20Schiessl%20Cardoso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 out. 2020. p. 22.

⁶⁴ SODRÉ, Muniz. **A sedução dos fatos violentos**. Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro, edição nº 1, p. 208

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 133.

⁶⁶ BATISTA, Nilo. **Punidos e Mal Pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 35.

Que ali mesmo ficou nas ruas adjacentes
A cena era presente, destruição e guerra
O mundo que desabou, ho!"

Racionais MC

Ao fim e ao cabo, todo esse processo, incluso na lógica de criminalização secundária, vem por estigmatizar as pessoas tidas como abjetas,⁶⁹ impassíveis de compaixão, dignidade, justiça - e devido processo legal. A prerrogativa de força cai, justamente, nestes corpos abjetos: a polícia, ponta do poder punitivo Estatal, é direcionada e condicionada a ter suas armas viradas - e selecionadas - exclusivamente para os corpos que se deseja fazer dóceis: os corpos negros, favelados e pobres. Sobre essa seletividade, lecionam Eugenio Raúl ZAFFARONI e Nilo BATISTA que "Todas as sociedades contemporâneas que institucionalizam ou formalizam o poder (estado) selecionam um reduzido número de pessoas que submetem à sua coação com o fim de impor-lhe uma pena".⁷⁰

Segundo Antônio Luiz PAIXÃO:

Já se notou também que a "lógica em uso" do policial implica normalmente na inversão dos formalismos legais de processamento de criminosos. Mais do que categorias legais, ideologias e estereótipos formulados organizacionalmente orientam a ação dos membros de "linha" em sua atividade rotineira e estas ideologias e tipificações tornam mais econômica a ação policial, na medida em que esta é orientada para a vigilância e controle das classes perigosas.⁷¹

Assim, força policial, direcionada, com um alvo objetivo (de neutralizar, higienizar e exterminar corpos pobres, negros e favelados), é colocada em locais estratégicos - normalmente periféricos - para a realizar flagrantes.

Ora, é evidente que a criminalidade é um fenômeno geral e coletivo. Isto é: todos, sem qualquer exceção, são passíveis ao cometimento de crimes. Todavia, como ora se disse, nem todos os crimes cometidos são punidos ou sentidos - pela resposta social - como tal. Além da cifra negra⁷², há, também, a chamada "cifra dourada", que corresponde, justamente, aos crimes de colarinho branco. Sobre o assunto, leciona Juarez CIRINO dos Santos:

⁶⁹ BUTLER, Judith. Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 1993. p. 3.

⁷⁰ ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 43.

⁷¹ PAIXÃO, Antônio Luiz. **A organização policial numa área metropolitana**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982. p. 64.

⁷² Vide nota de rodapé nº 40, SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**, 2a ed, Rio de Janeiro, Lumen Juris/ICPC, 2006. p 13.

...por outro lado, a cifra dourada representa a criminalidade do “colarinho branco”, definida como práticas anti-sociais impunes do poder político e econômico (a nível nacional e internacional), em prejuízo da coletividade e dos cidadãos e em proveito das oligarquias econômico-financeiras (Versele, 1980, p. 10 e ss.).⁷³

E diz mais:

Um simples exame empírico (Fragoso, Catao e Sussekund, 1980) mostra a natureza classista da definição legal de crime e da atividade dos aparelhos de controle e repressão social, como a polícia, a justiça e a prisão, concentradas sobre os pobres, os membros das classes e categorias marginalizadas e miserabilizadas pelo capitalismo.⁷⁴

Dessa forma, ao “super policializar” regiões periféricas, favelas e bairros afastados da elite, a consequência lógica é a realização de mais flagrantes de delitos e da observação de mais crimes por parte das camadas mais vulneráveis da população. Não é, portanto, que pessoas mais pobres cometem mais crimes, mas sim que os crimes cometidos por estas são mais observados, flagrados e veiculados pela mídia. Trata-se de exemplo cabal da vigilância hierárquica constante, que, em Michel FOUCAULT, “...se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”.⁷⁵

Desde 2010, quando se deu a ocupação pelas forças policiais nas comunidades do Rio de Janeiro⁷⁶, se iniciou um longo e excruciante processo de militarização da periferia carioca. Conforme retoma Patrick GRANJA:

Os relatos davam conta de uma verdadeira chacina, seguida de uma espoliação sem precedentes. Não encontramos um único morador que não teve sua porta arrombada, ou que não foi achacado de alguma forma por policiais. Variados objetos foram furtados por agentes do estado de casas vazias de moradores que saíam cedo para trabalhar. Foram roubados de moradores, desde roupas, jóias e bijuterias, até o cofre de uma igreja na Vila Cruzeiro, onde havia 30 mil reais. Além disso, moradores denunciaram que várias pessoas foram executadas por policiais, que retiravam os corpos das favelas dentro de veículos blindados para que não fossem enumerados na contagem de mortos na operação. Alguns foram devorados por porcos, segundo relatos.⁷⁷

⁷³ Ibid, p. 13.

⁷⁴ Ibid, p. 11.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 172.

⁷⁶ “A ocupação das Favelas do Alemão”. G1. Rio de Janeiro, 28/11/2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>>.

⁷⁷ GRANJA, Patrick. **Cadê o Amarildo?**: upp: o novo dono da favela. Rio de Janeiro: Revan, 2015. (Criminologia de Cordel 4, Instituto Carioca de Criminologia). p. 9.

Ademais, inclusive, aqui é importante ressaltar sobre o papel da mídia⁷⁸ na veiculação da violência policial na ocupação das comunidades. Segundo Patrick GRANJA:

Foram inúmeros casos, repercutidos e tratados pelo monopólio de imprensa de diferentes maneiras, mas na maioria dos casos, a manchete seguia um padrão: “traficante morto em confronto com a polícia”, ou alguma justificativa que em todos os casos isentava a polícia militar de qualquer responsabilidade.⁷⁹

A “super policialização”, desde a concretização categórica na implementação das UPPs (Unidades de Polícia “Pacificadora”) do Rio de Janeiro, até exemplos mais sucintos - apesar de não menos danosos -, como a militarização dos bairros periféricos de Curitiba. Segundo notícia veiculada pela Gazeta do Povo⁸⁰ (jornal sempre comprometido com as pautas reacionárias e punitivistas), intitulada “Quais são os bairros mais violentos e os mais pacíficos de Curitiba?”, em entrevista ao Delegado Fábio Amaro, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP):

“a peculiaridade dos bairros mais violentos acaba por contribuir com a manutenção dos índices de criminalidade. “Por serem bairros de periferia, em que a população, **em razão de estar no local**, contribui menos com a polícia, isso acaba resultando em não elucidação de alguns crimes.”
(Grifo meu)

Assim, portanto, a própria visão por parte das forças policiais, como visto no excerto acima elencado, das populações periféricas tem um certo determinismo - como se a conclusão lógica da permanência nas periferias fosse o cometimento de crimes e a não “contribuição” com a polícia. Essa lógica do ideário policial vem por estigmatizar, antes mesmo que seja cometido qualquer crime, a população mais pobre e favelada. Parte-se, à vista disso, do pressuposto que esta camada da sociedade “*em razão de estar no local*” periférico, deixa,

⁷⁸ CARDOSO, Helena Schiessl. **DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25722/Dissertacao%20Helena%20Schiessl%20Cardoso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 out. 2020.

⁷⁹ GRANJA, Patrick. **Cadê o Amarildo?**: upp: o novo dono da favela. Rio de Janeiro: Revan, 2015. (Criminologia de Cordel 4, Instituto Carioca de Criminologia). p. 11.

⁸⁰ “Quais são os bairros mais violentos e os mais pacíficos de Curitiba?”. Gazeta do Povo. Curitiba, 19/01/2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/quais-sao-os-bairros-mais-violentos-e-os-mais-pacificos-de-curitiba-67vj6n8pbagu20aj6y3zhned/>. Acesso em 01 de fev. de 2021.

automaticamente, de ser passível de dúvida razoável: é vista, mesmo sem cometer qualquer crime, como sendo criminosa, existencialmente.

Por conseguinte, a estigmatização mesmo antes do cometimento de crimes deixa o poder vigilante em constante estado de alerta - partindo-se do pressuposto de que a criminalidade é inerente à camada social. Obviamente, com tamanha vigilância, e considerando que o cometimento de crimes é inerente ao ser humano - independentemente da classe social - se vê (e se veicula) nas periferias maior número de crimes. Sobre o assunto, leciona Juarez CIRINO dos Santos:

A insistência de teóricos liberais e conservadores sobre estatísticas, como indicação da extensão do crime na sociedade ou de que criminosos condenados são a maior aproximação possível da quantidade real de violadores da lei, decorre da explicação da criminalidade por fatores pessoais (biológicos, genéticos, psicológicos e etc) ou sociais (ambiente, família, educação etc), que seriam responsáveis pela super-representação das classes dominadas e pela sub-representação das classes dominantes nas estatísticas criminais.⁸¹

O Brasil, nas palavras de Luis Carlos VALOIS,⁸² tem um Estado policial de violência institucionalizada, e os entendimentos legislativo, doutrinário e jurisprudencial asseguram a violência. A palavra dos policiais, pelo ordenamento, é tida como regra e como prova cabal de autoria e materialidade. Sobre o assunto, leciona Ronaldo Janus MADEIRA:

Outra questão polêmica é a da credibilidade ou não do depoimento policial. Lógico que, em função de serem todas as provas relativas, não havendo hierarquia nem valor apriorístico entre elas, a função de policial, em princípio, não invalida nem diminui seu valor, mormente se harmônico com o conjunto de elementos produzidos no processo. Entretanto, o depoimento de policiais, principalmente nas ações penais nos crimes de entorpecentes, quando exclusivos, e podendo no momento da prisão em flagrante obter a declaração de pessoas estranhas à corporação, e divorciados de outros elementos probatórios, não devem servir para fundamentar um édito condenatório. A função da polícia não é a de fazer prova, mas de obter provas. Ora, uma infração penal que na sua apuração resultou confirmada apenas por depoimentos policiais, confusos e contraditórios e, quando da fase de instrução, nenhum elemento novo foi acrescido, mostra-se sem a credibilidade necessária para que o julgador julgue procedente a pretensão punitiva. A autoridade policial, nos inquéritos, tendo oportunidade de obtenção de outras provas, outros testemunhos, estranhos ao quadro policial e não o fazendo, a prova produzida deve ser aceita com reservas, negando-se

⁸¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. A **Criminologia Radical**, 2a ed, Rio de Janeiro, Lumen Juris/ICPC, 2006. p 12.

⁸² COELHO, Luís Carlos Honório de Valois. **O Direito penal da Guerra às Drogas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 369

o valor a essa prova assentada, somente, em depoimentos policiais.⁸³

Cumprе ressaltar que, quando se fala na figura do policial, se remete à figura robotizada e quase maquinaria descrita por Michel FOUCAULT⁸⁴. Todavia, a realidade é muito mais cruel. A figura do policial não pode ser desvinculada de sua humanidade. Isto é: por detrás das fardas, há seres humanos, que, em sua maioria, têm origem periférica, mas que passam pelo mesmo processo das instituições totais, de desumanização e de docilização, e que são condicionados a exterminar aqueles que têm sua mesma origem. Conforme leciona Antônio Luiz PAIXÃO:

Definindo-se como o “lixеiro da sociedade”, o policial absorve, em sua auto-imagem, a percepção de marginalidade social e política da organização. Por um lado, esta marginalidade é usada como explicação de um desempenho pouco eficiente. Por outro, ela estimula o isolamento da organização em relação ao Estado e à sociedade. Entretanto, marginalidade e isolamento não afetam o grau de poder do policial sobre sua clientela: defendido por uma estrutura formal que legitima este poder e acreditando realizar justiça na prática, “fora dos formalismos”, isolar-se da sociedade significa afastar da organização possíveis formas societárias de controle.⁸⁵

A seletividade, operacionalizada e legitimada pelo Poder Judiciário, somada à super representação das camadas populares pelas organizações midiáticas, faz com que tamanha violência estatal - fantasiada de estrito cumprimento da lei - se dá de forma aberta e livre, com a comiserção popular.

2.2.1.3 A Criminalização Terciária

Apesar de não citada e tampouco construída doutrinariamente com essa denominação - e tida, majoritariamente, como ramificação das outras formas de criminalização -, é importante que se faça um recorte e uma terceira classificação do processo de criminalização. A criminalização que no presente trabalho se descreve como terciária, é descrita, em Alessandro BARATTA,⁸⁶ como uma consequência psicológica da criminalização secundária e

⁸³ MADEIRA, Ronaldo Janus. **Da Prova e do Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 98.

⁸⁴ “Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem que atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente”. FOUCAULT, M. . **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p. 161

⁸⁵ PAIXÃO, Antônio Luiz. **A organização policial numa área metropolitana**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982. p. 83.

⁸⁶ BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 94.

da resposta social ao delito. Seria, então, a criminalização tericária, apesar da ramificação proposta por Alessandro BARATTA, uma forma autônoma de criminalização: o processo psicológico por meio do qual o apenado ou criminoso passa a se ver como tal.

O controle penal punitivo institucionalizado, desde a tipificação dos crimes, até a resposta social a eles, não tem como fim único o encarceramento. Apesar do desejo punitivista de que as pessoas, a partir do momento que adentrem ao cárcere, deixem de existir - e a despeito de serem tratadas como se não existissem -, a criminalização e a prisão afetam para muito além da esfera física, a esfera pessoal e psicológica dos apenados. Alessandro BARATTA, lecionando sobre Edwin LEMERT,⁸⁷ afirma que

os desvios sucessivos à reação social (compreendida a incriminação e a pena) são fundamentalmente determinados pelos efeitos psicológicos que tal reação produz no indivíduo objeto da mesma; o comportamento desviante (e o papel social correspondente) sucessivo à reação “torna-se um meio de defesa, de ataque ou de adaptação em relação aos problemas manifestos e ocultos criados pela reação social ao primeiro desvio”⁸⁸

Assim, segundo Edwin LEMERT, a partir do momento que alguém é enviado ao sistema de justiça criminal, uma próxima fase da estigmatização ocorre: é criado um auto-conceito ao apenado - pelo fato de este estar envolto por outras pessoas que supostamente são “criminosos” e por estar sendo tratado como se criminoso fosse - de absorção do “rótulo” de criminoso. É de se lembrar que os apenados não fogem à regra, também elencada por Alessandro BARATTA,⁸⁹ de “definição do senso comum”.

Ocorre, assim, internamente ao apenado, não necessariamente somente uma auto-concepção enquanto criminoso, mas também uma visão externa, dos outros apenados e uma sensação de pertencimento. Ora, relembre-se que o apenado escuta, em diversas instâncias, que é criminoso. Primeiramente, pela polícia, cuja atuação é determinada e apontada para pessoas como ele (negros, pobres, favelados e periféricos). Depois, a mídia impõe a imagem sensacionalizada de quem são os criminosos, e o apenado se vê representado. Em seguida, em caso de uma eventual prisão e denúncia, o apenado escuta do Ministério Público que é, de fato, criminoso. Depois, em Audiência e Sentença, escuta do

⁸⁷ LEMERT, Edwin M.. **Human Deviance, Social Problems, & Social Control**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, Inc, 1967.

⁸⁸ APUD LEMERT, Edwin: BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 90.

⁸⁹ BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 94.

Magistrado que é criminoso. A partir deste momento, é enviado a um local destinado a criminosos. É inevitável, portanto, que o apenado não se sinta como pertencendo a este sistema que foi criado exclusivamente para o encarceramento de pessoas, ora, como ele. Cria-se a autoimagem de criminoso. Segundo Eugenio Raúl ZAFFARONI:

A los estereotipados es a quienes encontramos prisonizados. Prácticamente, observando los rasgos comunes de los prisonizados describimos los estereotipos con que los selecciona el sistema penal, con que éste sale a buscarlos y, además, como a cada estereotipo se le requieren roles, las personas así seleccionadas terminan respondiendo a los roles que se le requieren y asumiéndolas.⁹⁰

Em efeito macro, quando diversas pessoas - nem todas elas necessariamente “culpadas”, mas todas com uma autoimagem criminosa, se encontram presas no mesmíssimo local, em condições idênticas, sofrendo os mesmos abusos e absurdos, é inevitável, também, que se crie uma imagem coletiva da criminalidade. É de todo esse processo que nascem as subculturas criminais e as carreiras desviantes.⁹¹ Ainda segundo Alessandro BARATTA, quanto mais se internaliza a camada “prisionalização”,⁹² menores são as chances de reinserção social. Segundo o autor, o

efeito negativo da “prisionalização”, em face de qualquer tipo de reinserção do condenado, tem sido reconduzido a dois processos característicos: a *educação para ser criminoso* e a *educação para ser bom preso*.⁹³

A absorção da subcultura prisional, aliás, não é uma escolha do preso; é uma necessidade e uma forma de sobrevivência no cárcere. Isso porque neste processo de prisionalização, a “educação para ser criminoso” e a “educação para ser bom preso”,⁹⁴ são absolutamente inseparáveis, em especial no sistema punitivo Brasileiro, que tem como cerne o abandono estatal. Abandono este, aliás, que salta os muros das prisões e aterriza nas periferias: assim como os presos são abandonados, da mesma forma são as suas famílias. Ao

⁹⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **EN BUSCA DE LAS PENAS PERDIDAS**. 2. ed. Buenos Aires: Ediar, 1998. p. 134. Tradução livre: “São os estereotipados que são encontrados presos. Na prática, observando as características comuns dos presos, descrevemos os estereótipos com que o sistema penal os seleciona, e sai para procurá-los. E, além disso, à medida que cada estereótipo exige papéis, as pessoas assim selecionadas acabam respondendo e assumindo as funções atribuídas a eles”.

⁹¹ BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 179.

⁹² APUD LEMERT, Edwin: BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 90.

⁹³ Idem, p. 90.

⁹⁴ Idem, p. 90.

adentrar em uma penitenciária, pouco é dado ao apenado. Grande parte dos itens básicos de sobrevivência são fornecidos pelas organizações criminosas, a exemplo do PCC (Primeiro Comando Capital), cuja atuação é descrita de por Karina BIONDI⁹⁵:

A criação do PCC é vista por muitos presos como o fim de um tempo no qual imperava uma guerra de todos contra todos, onde a ordem vigente era “cada um por si” e “o mais forte vence”. Até então, as agressões físicas eram bastante comuns, “qualquer banalidade era motivo para ir pra decisão na faca”. As violências sexuais também eram bastante recorrentes; para evitá-las, muitas vezes não havia outra saída senão aniquilar o agressor e adicionar um homicídio a sua pena. Os prisioneiros se apoderavam dos bens disponíveis, desde um rolo de papel higiênico até a cela, para vendê-los àqueles que não conseguiam conquistá-los à força.⁹⁶

Além de ter melhorado o convívio interno nos presídios, o PCC também existe fora do ambiente carcerário. Continua Karina BIONDI, que “Muitos, durante o período de prisão, chegam a se batizar, ou seja, tornar-se irmãos, membros do PCC. Ao sair da cadeia, os batizados não deixam de ser irmãos, pois assumiram um compromisso com o Comando”.⁹⁷ Assim, como a relação entre *Comando*⁹⁸ e *Irmãos*⁹⁹ não é gratuita, por vezes é exigida uma certa “retribuição” pela ajuda recebida pelo *Irmão* e seus familiares enquanto esse se encontrava preso. Dessa feita, a partir do momento que há a filiação ao PCC, é quase que impossível sair (vivo) dele. Uma das consequências deste subsistema prisional é a reincidência.

De acordo com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a taxa de reincidência entre presos adultos é de 42%.¹⁰⁰

Assim, é quase impossível, ao adentrar no sistema punitivo, sair dele.

3 LGBTs: CORPOS À MARGEM

“O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele”.

Jair Messias Bolsonaro.

⁹⁵ BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: uma etnografia do pcc. 2. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

⁹⁶ Idem, p. 87.

⁹⁷ Idem, p. 101

⁹⁸ Comando é como é chamado o PCC (Primeiro Comando Capital) pelos membros.

⁹⁹ Irmãos são os membros do PCC (Primeiro Comando Capital).

¹⁰⁰ Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Reentradas e reinterações infracionais**: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/01/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>>. Acesso em 5 de fev. 2021.

Paralelamente a todo esse processo de construção normativa e prática do sistema punitivo, outro processo - não menos importante -, mas concomitante a ele, ocorre.

A partir do século XVII,¹⁰¹ conforme aponta Michel FOUCAULT¹⁰², há uma guinada paradigmática no que tange à relação com a sexualidade. Antes, na época por Michel FOUCAULT chamada de “vitoriana”, vigorava a banalidade do sexo: o puritanismo, anteriormente experimentado nos séculos que antecederam ao XVII, deu espaço à obscenidade das pinturas; à banalização da nudez e do sexo. Todavia, neste mesmo século, a trivialização do comportamento devasso - a despreocupação com a tutela jurídica e costumeira do sexo -, fora substituída por outra forma de não-tutela, que, em contrapartida, todavia, era dotada de preocupação. A sexualidade, diferentemente do que se via no paradigma anterior, não era tutelada juridicamente, mas, em contrapeso, era preocupação costumeira. Nas palavras de Michel FOUCAULT:

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fã-lo-ão desaparecer - sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fecharem os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado.¹⁰³

O controle da sexualidade, pela imposição abrupta do puritanismo, não se deu à toa. Pelo contrário, essa nova tutela dos corpos, que passava anteriormente por um relaxamento gradual, mas que foi interrompida repentinamente, ocorreu de maneira concomitante ao desenvolvimento do capitalismo burguês.

O biopoder, “aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle”,¹⁰⁴ em Aquille MBEMBE, se aplica à figura do sexo, porque, em Michel FOUCAULT, “se sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa”.¹⁰⁵ Em FOUCAULT, portanto, a sexualidade seria uma das formas de controle do biopoder. Todavia, como explica Judith BUTLER, as teorias Foucaultianas tratam o “sexo como efeito e não como origem”¹⁰⁶ e o poder e o sexo como sendo “ontologicamente distintos”¹⁰⁷. O que há, na verdade, quanto à relação entre sexualidade e poder, é um estado

¹⁰¹ Aqui, cumpre ressaltar que Michel FOUCAULT versou, majoritariamente, sobre a realidade europeia.

¹⁰² FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (História da sexualidade, 1). p. 9.

¹⁰³ FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (História da sexualidade, 1). p. 10.

¹⁰⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 123.

¹⁰⁵ Idem, p. 11.

¹⁰⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar. p. 141.

¹⁰⁷ Idem, p. 141.

de “unidade reguladora”¹⁰⁸ que, pela repetição constante de normas ontológicas, busca a imposição discursiva da heterossexualidade compulsória¹⁰⁹.

A repetição exaustiva dos discursos ontológicos cria, assim, uma aparente relação de subsidiariedade entre o discurso do biopoder e a verdade. Em Michel FOUCAULT:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.¹¹⁰

Dessa forma, os sujeitos, ao ouvirem exaustivamente os discursos normalizadores, os tomam como verdade, a ponto de culminar numa internalização tão intrínseca (passada, inclusive, geracionalmente) dos discursos, que nem sequer se sabe de onde vieram. Trata-se do exemplo prático e literal das cantigas passadas de pais para os netos, e sucessivamente, ao ponto que nem se sabe mais de suas origens.

O regime da sexualidade por parte do biopoder se dá, justamente, desta forma: pela repetição, desaguando na normalização do discurso e na sua absorção cultural.

Esses discursos, aliás, não se tratam tão somente da “punição” das expressões de gênero e sexualidade desviantes (como mais à frente será tratado), mas também da imposição - e da construção - do gênero e sexualidade, seus estereótipos e formas de performatividade¹¹¹.

Judith BUTLER, em sua obra “Corpos que Importam”¹¹², faz uma análise sobre a “performatividade” do gênero e da categoria do “sexo”. Sexo, em Butler, é um “ideal regulatório”¹¹³ e “é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o “sujeito” pode chegar a ser totalmente viável, o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade”.¹¹⁴

De qualquer forma, seguindo a perspectiva Foucaultiana ou Butleriana, conclui-se que a sexualidade é um dos campos de exercício do biopoder, e pelo qual se exerce o poder normativo, de demonstração de força estatal e de determinação de normas regulatórias de conduta social, cuja consequência, então, para os dois autores, seria a mesma: a imposição de

¹⁰⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar. p. 57.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 193.

¹¹¹ BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 15

¹¹² BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli.

¹¹³ Idem. p. 15

¹¹⁴ Idem. p. 17.

uma heteronormatividade - ou da heterossexualidade compulsória, que, em Richard MISKOLCI:

A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade.¹¹⁵

Assim, a heteronormatividade, como exercício de poder e ideal regulatório¹¹⁶, impõe a dicotomia entre o “ser” e “não ser”, ou de uma “ambivalência”, que, em Zygmunt BAUMAN, é o “o alter ego da linguagem e sua companheira permanente — com efeito, sua condição normal”,¹¹⁷ da exclusão e da inclusão. Diferenciam-se os corpos entre aqueles dignos a serem inclusos e outros indignos, fadados a “descartabilidade de uma vida nua e matável (AGAMBEN, 2002)”.¹¹⁸

A heteronormatividade, enquanto norma imperativa cultural, suscita na absorção desta descartabilidade que foge à norma, mas, principalmente, em sua normalização. Há, muito além, um processo de desumanização: ao deixar de ver os corpos que fogem à heteronormatividade como sendo humanos, há, também, certa blindagem à violência sofrida por estes corpos - tida como normal, e, até, incentivada. Trata-se do biopoder em seu ápice: distribuído em diferentes esferas de poder, desde o estatal, até o familiar, que garantem, por diversos núcleos, a manutenção do *status quo* e, no caso, da heteronormatividade.

¹¹⁵ MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. 2009. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150.

¹¹⁶ SILVA, Ramon Alves; ARCELO, Adalberto Antonio Batista. Heteronormatividade e sistema carcerário no Brasil contemporâneo. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, p. 29-37, jun. 2016. Dossiê Criminologia e Feminismo. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23597>. Acesso em: 05 fev. 2021.

¹¹⁷ BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 5.

¹¹⁸ SILVA, Ramon Alves; ARCELO, Adalberto Antonio Batista. Heteronormatividade e sistema carcerário no Brasil contemporâneo. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, p. 29-37, jun. 2016. Dossiê Criminologia e Feminismo. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23597>. Acesso em: 05 fev. 2021. APUD AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 96.

3.1 OS RAMOS DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: DE ONDE VEM A EXCLUSÃO?

Como ora salientado, há a incorporação do exercício da heterossexualidade compulsória por parte do biopoder, numa institucionalização que

sequestra a vida de um contingente de dissidentes dos padrões estabelecidos de normalidade para, a partir de uma terapia de vigilância, controle, punição e correção, reinseri-los normalizados, ou seja, docilizados e adestrados (FOUCAULT, 2002)¹¹⁹

Todavia, diferentemente da institucionalização do extermínio do povo pobre e preto, a imposição da heterormatividade pela máquina estatal advém não propriamente do âmago de extermínio dos corpos como prerrogativa primária da atuação estatal.

Antes de mais nada, insta lembrar que a atuação do biopoder se dá dentro da lógica neoliberal. Assim como ocorre com o povo preto, pobre e marginalizado, visto, aos olhos neoliberais, como fugitivos do capital - focado, principalmente, na força produtiva de trabalho -, os corpos LGBTs não fogem a esta regra.

Nancy FRASER, em resposta¹²⁰ à obra de Judith BUTLER¹²¹, afirma que, não obstante sua concordância com a teoria butleriana na análise discursiva e na intersecção do feminismo dos anos 70 com o marxismo pós-estrutural, discorda de Judith BUTLER no que tange aos problemas de reconhecimento de gays e lésbicas. Nancy FRASER afirma que

as raízes do heterossexismo econômico seriam as “relações de reconhecimento”: um padrão institucionalizado de interpretação e valorização que concebe a heterossexualidade como normativa e a homossexualidade como desviante, negando deste modo a paridade participativa a gays e lésbicas.¹²²

Nesta obra de Nancy FRASER, a autora conclui que a LGBTfobia, consequência direta do “heterossexismo” narrado pela filósofa, culmina em gigantescas desvantagens na

¹¹⁹ SILVA, Ramon Alves; ARCELO, Adalberto Antonio Batista. Heteronormatividade e sistema carcerário no Brasil contemporâneo. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, p. 29-37, jun. 2016. Dossiê Criminologia e Feminismo. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23597>. Acesso em: 05 fev. 2021. p. 32.

¹²⁰ FRASER, N. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 277-294, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹²¹ BUTLER, J.; BRETAS, A. Meramente cultural. **Ideias**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 227-248, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹²² FRASER, N. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 289, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>. Acesso em: 20 jan. 2021.

esfera econômica para as pessoas LGBTs. Todavia, diferentemente do que defende Judith BUTLER, a heterossexualidade compulsória não é infligida nos corpos LGBTs pela necessidade de controle do capitalismo advinda de uma ameaça destas pessoas ao cerne do sistema. Se assim fosse, argumenta Nancy FRASER:

Este poderia ser o caso se os homossexuais fossem concebidos como uma classe inferior, porém útil, de trabalhadores servis cuja exploração fosse central para o funcionamento da economia, como foram os afro-americanos, por exemplo.¹²³

FRASER conclui, ao fim e ao cabo, que o capitalismo contemporâneo não exige de forma propriamente dita a heterossexualidade.¹²⁴ Tanto é que no capitalismo tardio do século XXI, em especial nos últimos anos, o uso de técnicas de *marketing* visando o “*Pink Money*” - o dinheiro advindo do poder de compra das pessoas LGBTs - aumentou significativamente. Dito fenômeno é facilmente explicado. Ora, é evidente que a luta por direitos e reconhecimentos é totalmente diferente a depender de qual letra do LGBT se faz parte. Os homens gays - especialmente aqueles brancos e mais abastados - tiveram sua luta emancipatória infinitamente mais simples que mulheres lésbicas negras ou homens e mulheres transexuais. Não se trata, ressalte-se, de uma “briga de discriminações”. Todavia, a interseccionalidade, uma sobreposição de discriminações, sim, faz com que a luta seja mais difícil. Um exemplo histórico da diferença de realidades dentro do próprio movimento LGBT é a revolta de Stonewall, de 1969, conhecida como o grande estopim da militância LGBT nos Estados Unidos. Marsha P. Johnson, mulher transexual negra, hoje conhecida como a grande face de Stonewall e mãe do movimento LGBT, ao falar no púlpito, foi ridicularizada e vaiada por militantes. Ao passo que à época de Stonewall, homens e mulheres gays, lésbicas e bissexuais buscavam reconhecimento e direitos, as mulheres e homens transexuais, em especial as negras, buscavam seu espaço não só no movimento, mas enquanto pessoas dignas de existência. Nesse sentido:

mulheres e LGBT nascem em qualquer estrato social e até mesmo podem ser criados por outros LGBTs, mas os negros e negras dificilmente são gerados fora dos nichos de pobreza. A herança do escravagismo perpetua-se em relações de poder imutáveis, que transpassam incólumes gerações de luta e resistência da população negra brasileira. O racismo institucional aplica o apartheid social na distribuição do uso do espaço: os negros são maioria absoluta nos bairros populares, nas prisões e nos programas de televisão sensacionalistas; os brancos são maioria na gerência de empresas, nas universidades conceituadas e nas colunas sociais dos jornais. Tal constatação

¹²³ Idem, p. 288.

¹²⁴ Idem, p. 289.

não deve legitimar posturas acadêmicas ou políticas de hierarquização das discriminações. São as diferenças entre os esquemas de dominação que dificultam as possibilidades de construir pontes entre os conjuntos. Submeter um conjunto a outro tem como consequência o afastamento entre ambos¹²⁵.

Assim, os homens gays, brancos mais ricos, privilegiados, têm mais poder de compra - e, portanto, são vistos pelo capitalismo como dignos de representatividade e como corpos úteis não somente à compra, mas, também, à empregabilidade. A realidade das outras pessoas LGBTs é diferente. As mulheres lésbicas e bissexuais, duplamente discriminadas (ou triplamente, se negras), pela condição mulher e pela condição lésbica ou bissexual, ao não performarem feminilidade¹²⁶; e os homens e mulheres transexuais, pela visão abjeta¹²⁷ de seus corpos, deixam de ser dignos de utilidade ao capitalismo.

Ressalta-se: a exclusão pelo capital dos corpos LGBTs não é uma causa, mas uma consequência da heteronormatividade. É o cúmulo desta, e a forma que, em um contexto de capitalismo tardio, os problemas se evidenciam. Diferentemente dos corpos pretos, pobres e favelados, os corpos LGBTs não são exterminados por não se adequarem ao capitalismo, mas sim excluídos pelo capitalismo porque são extermináveis. Em Karl MARX:

O trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo e, portanto, carente (bedürftig), que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso sua existência. Como capital, o valor do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também fisicamente, a sua existência (Dasein), a sua vida, se torna e é sabida como oferta de mercadoria, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador.¹²⁸

A principal forma de exclusão LGBT ocorre, ainda, dentro de casa¹²⁹. A pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”,¹³⁰ realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a fundação Rosa Luxemburg Stiftung, aponta que os principais agentes discriminadores¹³¹ das pessoas LGBT entrevistadas são a família e a escola.

A escola, como instituição homofóbica,¹³² nada mais é do que um efeito sintomático e reprodutor da ideologia dominante. A escola, assim como outras instituições totais de

¹²⁵ LUZ, Robenilton dos Santos; VENTURI, Gustavo (org); BOKANY, Vilma (org.). **A intersecção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e sub-hegemonias**. In: Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011; p. 122.

¹²⁶ BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 15

¹²⁷ Idem, p. 12.

¹²⁸ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 91.

¹²⁹ “Fator de exclusão da população LGBT é a família, diz censo”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/fator-de-exclusao-da-populacao-lgbt-e-familia-diz-censo.html>>

¹³⁰ VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

¹³¹ Idem, p. 218.

¹³² Idem, p. 131.

GOFFMAN¹³³ é a primeira forma de neutralização aplicada pelo biopoder às crianças. Aquelas desviantes da heteronormatividade ou da performatividade¹³⁴ de gênero, mesmo antes de terem consciência de si, já são bombardeadas não só pela educação neutralizadora, mas, também, pela pressão da conformatividade com o outro. Conforme leciona Paulo FREIRE:

a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante¹³⁵.

Mesmo que não haja violência física propriamente dita no ambiente escolar, há diversas outras formas de violência que as pessoas LGBT podem sofrer. Dentre elas, mister lembrar de direito básico que é diuturnamente negado às pessoas transexuais: o direito ao nome. Atitudes simples, como, por exemplo, a negativa dos professores em se referir, à tempo da chamada, aos alunos transexuais pelo seu nome social, afastam cada vez mais essas pessoas do ambiente escolar. Assim, apesar de consequência institucionalizada da homofobia cultural, a exclusão experimentada pelas pessoas LGBTs no ambiente escolar é causa de uma realidade fática: da evasão escolar. Ao serem afastadas da escola, e, portanto, carecendo de educação básica, muitas pessoas LGBTs são empurradas à margem, desqualificadas laborativamente e desinteressantes ao mercado de trabalho, não só pela falta de ensino básico, mas, também, pela imagem em desconformidade com a heteronormatividade.

Em razão da marginalização experimentada, em especial, pelas mulheres transexuais e travestis, que não encontram acolhimento nem na escola, tampouco na família e muito menos no mercado de trabalho, muitas acabam adentrando no trabalho informal na prostituição e na indústria pornográfica. Além disso, a parcela da população de rua que faz parte da comunidade LGBT só cresce. Segundo dados do censo da Cidade de São Paulo realizado em 2015,¹³⁶ entre 5,3% e 8,9% da população de rua fazia parte da comunidade LGBT.

¹³³ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1981. Tradução de Dante Moreira Leite.

¹³⁴ BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 15

¹³⁵ FREIRE, Paulo; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 38.

¹³⁶ “PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA E RELATÓRIO TEMÁTICO DE IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DESTA POPULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO”. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0003.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

Ademais, segundo cartilha¹³⁷ de 2017 da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), a expectativa de vida de uma pessoa transgênero é de 35 anos. A associação, também, estima que 90% da população de travestis e transgêneros têm a prostituição como principal fonte de renda.¹³⁸ A cartilha também afirma que:

Estima-se que 13 anos de idade é média em que Travestis e Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae). E é exatamente dentro deste cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, que foram empurradas para a prostituição, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência. Expostas a toda sorte de agressões físicas e psicológicas¹³⁹.

Em 2021, certamente, diante da pandemia, da perda de empregos e da maior permanência em casa, a situação é ainda mais grave.

Dessa forma, a partir da ambivalência entre a heterossexualidade como dominante e a homossexualidade como desviante, o biopoder nega aos corpos desviantes o *status* de paridade, nas suas mais diversas ramificações. Todavia, ao passo que o extermínio do povo pobre, preto e favelado recai, majoritariamente, na máquina punitiva - na figura das forças estatais de força, tal qual a polícia e o sistema carcerário, para os corpos LGBTs, seu extermínio se dá (ao menos no primeiro momento), de forma diferente. Os corpos LGBTs, abjetos,¹⁴⁰ em especial os negros e pobres, negados na família e pelo mercado de trabalho, são empurrados à margem. Na margem, recebem o mesmo tratamento que os corpos aos quais a máquina repressiva estatal está apontada, e, conseqüentemente, estão mais propensos ao encarceramento.

3.2 ENCARCERAMENTO LGBT

3.2.1 Mulheres E A Lesbianidade No Cárcere

Segundo Nana QUEIROZ, na obra “Presos que Menstruam”,¹⁴¹ “a homossexualidade nas prisões femininas é consideravelmente maior do que nos presídios masculinos”. Ainda segundo a autora, já em 1996, a pesquisadora da UNB (Universidade de Brasília), Maria

¹³⁷ “Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.

¹³⁸ Idem, p. 18 do PDF.

¹³⁹ Idem, p. 18 do PDF.

¹⁴⁰ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 1993. p.3.

¹⁴¹ QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021.

Auxiliadora César,¹⁴² usando de uma pesquisa anterior de Julita LEMGRUBER,¹⁴³ estima que cerca de 50% das apenadas têm, dentro do ambiente carcerário, relacionamentos homossexuais. Aliás, de se considerar que este número chega a ser até mais elevado. Todavia, há um estigma duplo nas relações entre mulheres: primeiro, na própria existência enquanto mulher, que, em Simone de BEAUVOIR “aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade”;¹⁴⁴ e, em segundo lugar, enquanto lésbicas ou bissexuais, cujo corpo é “controverso, pois se torna político quando resiste à norma e à heterossexualidade compulsória, mas, ao mesmo tempo, é um corpo abjeto, e invisibilizado na sua condição”.¹⁴⁵ As mulheres lésbicas - e bissexuais - devem ser lidas, de fato, neste binômio gênero-sexualidade. Esses dois aspectos da existência são absolutamente desentranháveis, haja vista que demonstram um duplo grau de subjugação: pela condição mulher e pela condição lésbica ou bissexual. Contudo, as mulheres lésbicas encarceradas carregam o peso de um trinômio: da condição mulher, da condição lésbicas ou bissexuais e encarceradas, triplamente abjetas.

3.2.1.1 A Condição Mulher No Cárcere

Sobre a condição mulher, afirma Nana QUEIROZ que “para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam”.¹⁴⁶ Aqui, claro, se faz uma generalização para pontuar que as apenadas mulheres são, para todos os efeitos, tratadas como homens dentro do cárcere. É evidente que existem mulheres que não menstruam e homens que menstruam, não sendo a menstruação qualquer indicador de identidade de gênero. Todavia, a afirmação se constata. Ainda segundo Nana QUEIROZ, as mulheres encarceradas em penitenciárias - sem falar, é claro, daquelas em situação de prisão preventiva,

¹⁴² CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da Vida**: o cotidiano de mulheres presidiárias. 1995. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Social, Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2238/1/Maria%20Auxiliadora%20Cesar.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021. p. 86

¹⁴³ LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

¹⁴⁴ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: 1. fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Tradução de Sérgio Milliet. p. 9.

¹⁴⁵ BACCI, Irina Karla. **VOZES LÉSBICAS NO BRASIL**: a busca e os sentidos da cidadania lgbt. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direitos Humanos e Cidadania, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20767>. Acesso em: 02 fev. 2021. p. 54.

¹⁴⁶ CERNECA, Heidi Ann, APUD: QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 40.

40% da população carcerária total-¹⁴⁷ recebem, todo mês, apenas dois rolos de papel higiênico e dezesseis absorventes íntimos;¹⁴⁸ não gozam de coleta de lixo - o que acarreta em diversas doenças infecto-contagiosas.¹⁴⁹ Todavia, acabam protagonizando muito menos rebeliões que os presos masculinos, o que suscita em menos resposta do Estado e da Administração aos problemas das presas.¹⁵⁰

Outro aspecto cruel do encarceramento feminino é a gravidez. Até 2017, quando foi sancionada a Lei nº 13.434/17,¹⁵¹ que vedou o uso de algemas durante o parto, as presas eram obrigadas a dar à luz algemadas.¹⁵² Ademais, apesar da previsão legal, por meio da Lei nº 11.942/09,¹⁵³ de que as mulheres que derem à luz enquanto cumprem pena possam acompanhar os recém-nascidos em berçário até os 6 meses de idade, na prática, considerando que muitas mulheres - principalmente em situação de prisão provisória - cumprem pena em lugares inóspitos, e muitas vezes, improvisados,¹⁵⁴ na prática, a previsão legal não se mantém.

Outrossim, segundo Debora DINIZ, a cadeia é uma "máquina de abandono"¹⁵⁵ para as mulheres. Abandono esse que perpassa aquele Estatal, experienciado por toda e qualquer pessoa encarcerada, e aterrizando no campo da própria subjetividade feminina. De acordo com pesquisa realizada por Katie ARGUELLO e Mariel MURARO,¹⁵⁶ o encarceramento ensina, também, na "perda do papel de mulher", vez que 96,96% das mulheres entrevistadas na

¹⁴⁷ Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, Cadastro Nacional de Presos". Disponível em:

<<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>>. P. 38.

¹⁴⁸ QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 2059.

¹⁴⁹ Idem, LOC. 2098.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ BRASIL, LEI Nº 13.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017. "Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13434.htm>. Acesso em 02/02/2021.

¹⁵² QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 848.

¹⁵³ "Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm>. Acesso em 02/02/2021.

¹⁵⁴ QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 2059.

¹⁵⁵ DINIZ, Debora. **Cadeia: Relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Ebook. Disponível em: <<https://www.amazon.com/Cadeia-Relato-Mulheres-Portuguese-Brasil/dp/8520012647>>. Acesso em 03/02/2021. p. 14.

¹⁵⁶ ARGUELLO, Katie and MURARO, Mariel, **Las Mujeres Encarceladas Por Tráfico De Drogas En Brasil: Las Muchas Caras De La Violencia Contra Las Mujeres (Women Imprisoned for Drug Trafficking in Brazil: The Many Faces of Violence Against Women)** (May 27, 2015). Oñati SocioLegal Series, Vol. 5, No. 2, 2015. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2611052>.

Penitenciária de Piraquara não recebiam visitas¹⁵⁷ conjugais.¹⁵⁸ Segundo as autoras, as mulheres “pierden los vínculos afectivos con sus compañeros después de la detención. En general, los maridos, novios, amantes, compañeros abandonan las mujeres encarceladas, como se demuestra en nuestra investigación”.¹⁵⁹

Ainda sobre o abandono das mulheres presas, leciona Dráuzio VARELLA que

De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira.¹⁶⁰

A mulher presa é um corpo abjeto,¹⁶¹ indigno de carinho, companhia, afeto, cuidado e empatia. A partir do momento que cai no ambiente carcerário, a mulher é ferida não só em sua feminilidade, mas em sua humanidade. Trata-se da atuação cruel e exterminadora da máquina punitiva do abandono.

3.2.1.2 A Condição “Sapatão” No Cárcere

Por muito tempo, associou-se o abandono das mulheres encarceradas, que, consequentemente ensejaria na solidão - e em uma certa carência -, com a recorrência quase que corriqueira e normalizada do relacionamento entre mulheres dentro do cárcere. Nana

¹⁵⁷ Importante salientar que a visita íntima não é um direito, mas uma recomendação para as administrações prisionais, estabelecida pela RESOLUÇÃO Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 1999 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/ato_normativo_federal_resol-01.pdf>. Acesso em 03 de fev. de 2021. Sobre o assunto, leciona Guilherme de Souza NUCCI; NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 4ª Edição. 2011. São Paulo Revista dos Tribunais. p. 995: “O direito à visita íntima não se encontra, ainda, previsto em lei, originando-se do costume adotado pelas direções dos presídios, de modo que não pode encontrar barreira justamente em critérios subjetivos, por vezes, preconceituosos”.

¹⁵⁸ ARGUELLO, Katie and MURARO, Mariel, **Las Mujeres Encarceladas Por Tráfico De Drogas En Brasil: Las Muchas Caras De La Violencia Contra Las Mujeres (Women Imprisoned for Drug Trafficking in Brazil: The Many Faces of Violence Against Women)** (May 27, 2015). Oñati SocioLegal Series, Vol. 5, No. 2, 2015. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2611052>., p. 400. “Aunque 96,96% de ellas no reciben visitas conyugales, perdiendo así también su papel de mujer, sólo el 42,50% dijo que la prisión representa la pérdida del papel de mujer”.

¹⁵⁹ Idem, p. 400n9. Que se traduz: “O “papel de mulher” neste caso significa que perdem os vínculos afetivos com seus companheiros depois da prisão. Em geral, os maridos, noivos, namorados, amantes, companheiros abandonam as mulheres encarceradas, como se demonstra nesta investigação.”

¹⁶⁰ VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. E-book. Disponível em: https://www.amazon.com.br/gp/product/B071XTVF38/ref=ppx_yo_dt_b_d_asin_title_o00?ie=UTF8&psc=1. Acesso em: 01 fev. 2021. p. 30.

¹⁶¹ BUTLER. Judith. *Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993. p. 3.

QUEIROZ, inclusive, faz essa associação.¹⁶² Contudo, esta visão é muito rasa para interpretar a sexualidade humana, e, mais especificamente, a da mulher.

Lisa DIAMOND, pesquisadora da Universidade de Harvard, afirma que a sexualidade feminina é extremamente fluida:¹⁶³ uma mulher pode, apesar de uma certa pré-disposição, durante diversos estágios da vida, ter experiências diferentes de desejo sexual - sentindo-se, a depender do momento, atraída por um determinado gênero, ou por pessoas específicas, independentemente do gênero. Essa fluidez na sexualidade pode ser factível no âmbito subjetivo, psicológico. Na realidade, entretanto, a sexualidade - a sua possibilidade de fluir - é ceifada por uma matriz heterossexual -¹⁶⁴ a heterossexualidade compulsória - que empurra à margem aqueles que desviarem da norma.

No ambiente carcerário, todavia, no que tange a sexualidade das internas, o dito abandono tem consequências diretas. Fala-se de abandono, aliás, em diversos aspectos. Primeiramente, o abandono, ora comentado, por parte dos companheiros e familiares das apenadas. Em segundo lugar, o abandono estatal. Apesar de eventualmente repreendidos os relacionamentos entre as internas, a administração dos presídios tende a aceitar as relações homossexuais.¹⁶⁵

Esse eventual aceite nos presídios femininos diverge - e muito - à regra encontrada em instituições masculinas. Ora, a sexualidade nada mais é, ao biopoder, senão um outro dispositivo de controle.¹⁶⁶ Em uma instituição total,¹⁶⁷ tal qual o presídio masculino, que exerce controle sobre absolutamente todos os aspectos da existência do apenado (hora de acordar, de dormir, de ir ao banheiro, de tomar banho de sol, de se alimentar, de tomar banho), o controle da sexualidade do interno. Já em sua obra “Estação Carandiru”, Dráuzio VARELLA descreveu as visitas íntimas, criadas ao final da década de 80, na Casa de Detenção de São Paulo, como a “burocratização do sexo”.¹⁶⁸ A visita íntima - ou a ausência

¹⁶² Segundo QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 2767. “São, em sua maioria, mulheres que se considerava heterossexuais antes da detenção e afirmam que, ligadas pelo companheirismo, o apoio na depressão e no medo, se envolvem com outras mulheres. Nessas parcerias descobrem novos desejos e, às vezes, o amor. Algumas chegam a dizer que não são, mas “estão lésbicas”.

¹⁶³ DIAMOND, Lisa M.. **SEXUAL FLUIDITY: understanding women's love and desire**. London: Harvard University Press, 2008.

¹⁶⁴ BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 23

¹⁶⁵ QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 2806.

¹⁶⁶ FOUCAULT, Michel. **O Olho do Poder**. i. microfísica do poder. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2004.

¹⁶⁷ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1981. Tradução de Dante Moreira Leite.

¹⁶⁸ VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. Ebook. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005. Disponível em: <<https://www3.livrariacultura.com.br/estacao-carandiru-2012992110/p>>. Acesso em 03 de fev de 2021. p. 116.

dela -, nos presídios masculinos, se torna espécie de moeda de barganha, conferida diante bom comportamento, como recompensa. Para o homem, a sexualidade é observada como algo fundamental e inerente a ele. Segundo Natália LAGO e Marcio ZAMBONI:

a gestão das relações sexuais entre presos não diz respeito apenas aos sujeitos que não se encaixam no padrão heterossexual. Ou seja, ela é fundamental também para a construção do ideal de masculinidade que organiza as relações entre os presos em geral. Em segundo, que a sexualidade não é um campo autônomo da experiência prisional sobre o qual a política dos presos atua. Argumentamos, pelo contrário, que se trata de um dos principais campos no qual esse poder se articula (SCOTT, 1995)¹⁶⁹.

Para as mulheres, todavia, já que, em sua maioria, não recebem visitas, essa face específica do cárcere não pode ser abordada, ao menos não no controle específico da sexualidade subjetiva das internas. Não se pode precisar, ao certo, qual o motivo do fenômeno que será tratado mais a frente, mas, assim como argumentou Dráuzio VARELLA, “O único lugar onde as mulheres têm liberdade sexual é na cadeia”.¹⁷⁰

As mulheres que se relacionam com outras mulheres no cárcere estabelecem não só vínculos sexuais, como também, quiçá, grandes histórias de “amor em espaços de cólera”.¹⁷¹ Tanto é que em 2011, após o reconhecimento por parte do STF (Supremo Tribunal Federal) das uniões estáveis homossexuais,¹⁷² cresceu imensamente a quantidade de pedidos de autorização de visitas íntimas entre parceiras homossexuais nos presídios.¹⁷³

Para entender as lesbianidades no cárcere, é importante analisar, primeiramente, suas performatividades.¹⁷⁴ Dráuzio VARELLA descreve, na obra “Prisioneiras”,¹⁷⁵ diversos “tipos”

¹⁶⁹ LAGO, Natália; ZAMBONI, Marcio; SPG 13: ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA DO DIREITO, SOCIOLOGIA DA PUNIÇÃO E ENCARCERAMENTO: DISCUTINDO O SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL, 40., 2016, Caxambu. **POLÍTICAS SEXUAIS E AFETIVAS DA PRISÃO: GÊNERO E SEXUALIDADE EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**. Caxambu: Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016. p. 15.

¹⁷⁰ “Drauzio Varella: “O único lugar onde as mulheres têm liberdade sexual é na cadeia”. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/03/11/mundo/noticia/drauzio-varella-unico-lugar-onde-mulheres-liberdade-sexual-cadeia-1864799>>. Acesso em 03 de fev. de 2021.

¹⁷¹ QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021. Loc. 2823

¹⁷² BRASIL. ADI 4277 / DF - DISTRITO FEDERAL; Relator(a): Min. AYRES BRITTO. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur200017/false>>. Acesso em 03 de fev. 2021.

¹⁷³ LAGO, Natália; ZAMBONI, Marcio; SPG 13: ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA DO DIREITO, SOCIOLOGIA DA PUNIÇÃO E ENCARCERAMENTO: DISCUTINDO O SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL, 40., 2016, Caxambu. **POLÍTICAS SEXUAIS E AFETIVAS DA PRISÃO: GÊNERO E SEXUALIDADE EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**. Caxambu: Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016. p. 9.

¹⁷⁴ BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 15

¹⁷⁵ VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/gp/product/B071XTVF38/ref=ppx_yo_dt_b_d_asin_title_o00?ie=UTF8&psc=1>. Acesso em: 01 fev. 2021. p. 132

de mulheres que se relacionam com outras mulheres dentro do ambiente carcerário, especificamente nas penitenciárias de São Paulo.

As “sapatões”¹⁷⁶ são, dentro do cárcere, aquelas apenas que se vestem e agem numa performatividade do sexo masculino. Usam roupas masculinas, cortam os cabelos curtos e raspam os cabelos nas laterais. São, também, chamadas pelos pronomes masculinos. Não são propriamente homens transexuais, mas recebem apelidos masculinos, como Dráuzio VARELLA descreve no livro,¹⁷⁷ a exemplo de “Johnny” ou “Pedrão”. Para ser enquadrada como sapatão, a apenas deve ser “original”,¹⁷⁸ sem que tenha tido relações com homens no passado, que sempre foi “sapatão” antes do encarceramento. As sapatões originais, quando se relacionam com outras internas, não se permitem serem tocadas, nem sequer vistas sem roupa pelas companheiras. Segundo Dráuzio VARELLA:

O original que se preza sustenta sua mulher, de quem cobra respeito, obediência e fidelidade. Tem vergonha de mostrar o corpo até para o médico, nas consultas é visível o desconforto ao se despir. Ficar nu na frente da namorada? Nem nos momentos de maior intimidade¹⁷⁹.

Caso não sejam originais, passam a ser chamadas de “folós”,¹⁸⁰ que só assumiram a identidade de sapatão dentro do ambiente prisional - que cortam o cabelo, usam pronomes e apelidos masculinos -, mas que antes se relacionavam tanto com homens quanto com mulheres.

“Abaixo”¹⁸¹ das folós, se encontram as “sacolas”,¹⁸² que, antes de serem presas, eram exclusivamente heterossexuais, mas que, dentro do ambiente prisional, passam a cortar os cabelos e utilizar de pronomes masculinos, como forma de sobrevivência. Existem, também, as “chinelinhos”,¹⁸³ muito parecidas com as folós, que são aquelas que, após o encarceramento, vestem seu “chinelinho” e voltam automaticamente a se relacionar com homens.

A categoria de menos prestígio é a de “sapatões badaroscas” e “badarosquinhas”, que, segundo Dráuzio VARELLA, são aquelas que “...além de sustentados pelas parceiras, vestem

¹⁷⁶ VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. E-book. Disponível em: https://www.amazon.com.br/gp/product/B071XTVF38/ref=ppx_yo_dt_b_d_asin_title_o00?ie=UTF8&psc=1. Acesso em: 01 fev. 2021. p. 132

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ No ideário prisional.

¹⁸² VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. E-book. Disponível em: https://www.amazon.com.br/gp/product/B071XTVF38/ref=ppx_yo_dt_b_d_asin_title_o00?ie=UTF8&psc=1. Acesso em: 01 fev. 2021. P. 134.

¹⁸³ Idem.

calcinha e fazem de tudo na cama. Aceitam até penetração anal com banana e outros objetos”.¹⁸⁴

Ao analisar as formas de performatividade, individualidade e denominação das mulheres lésbicas e bissexuais dentro do ambiente carcerário, é possível verificar um exemplo vivo de uma espécie de subcultura prisional¹⁸⁵ no que tangem as relações de sexualidade internas. Subcultura esta que se apresenta não como uma forma de sobrevivência no cárcere, como tantos outros exemplos, mas sim de relações viscerais e com regras muito delimitadas de conduta, comportamento e papéis, em uma verdadeira escala de poder. Intersubjetivamente, também, os papéis são extremamente delimitados, a exemplo do que se colocou acima do que se espera sexualmente de uma “badarosca” ou de uma “sapatão original”.

Algo que se sobressai aos olhos, ao analisar as relações de poder entre as mulheres encarceradas, é a incorporação de características extremamente heteronormativas,¹⁸⁶ que acabam contrastando com a constatação de que o cárcere seria o ambiente de maior facilidade para o afloramento da sexualidade feminina. As “sapatões” que recebem, ora, o maior prestígio, são aquelas que acolhem um papel masculinizado, que se identificam com pronomes masculinos, sem, todavia, se identificarem como homens transexuais. Nesse sentido, leciona Irina Karla BACCI:

Esse contínuo cultural que invisibiliza as mulheres na sociedade, seja ela lésbica ou não, faz com que as lésbicas, na tentativa de afirmarem sua identidade, muitas vezes reforcem visões estereotipadas da sociedade que as colocam em situação de exclusão social, colocando-as em situações de vulnerabilidades que potencializam os mais diversos sofrimentos físicos e psíquicos e, com isso, a autonegação de seus direitos e do sentimento de pertencimento enquanto cidadã.¹⁸⁷

Segundo cartilha veiculada em 2020 pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos,¹⁸⁸ do Governo Federal, na Penitenciária de Piraquara, localizada na região

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ APUD LEMERT, Edwin; BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 90.

¹⁸⁶ MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. 2009. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan./jun. 2009, p. 150.

¹⁸⁷ BACCI, Irina Karla. **VOZES LÉSBICAS NO BRASIL**: a busca e os sentidos da cidadania lgbt. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – Ppgdh, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – Ceam, Universidade de Brasília – Unb, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20767/1/2016_IrinaKarlaBacci.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021. p. 59

¹⁸⁸ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global, 2020. (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT). Diretora: Marina Reidel. Disponível em:

metropolitana de Curitiba, ao entrevistar as internas, “tanto as apenas quanto as agentes apontam diferentes categorias para as mulheres lésbicas consideradas mais masculinas e as mulheres heterossexuais que se relacionam com elas em contexto de encarceramento”.¹⁸⁹ Os “paizinhos”, como são conhecidas as “mulheres lésbicas consideradas mais masculinas”¹⁹⁰ na penitenciária de Piraquara, têm “postos de liderança nas celas e alas”.¹⁹¹

Dessa forma, ao passo que o cárcere seja, de fato, um espaço propício para o afloramento sexual feminino (muito mais, aliás, que o “mundo exterior”), o fato é que internamente os papéis heteronormativos não deixam de se repetir. As apenas mais “masculinizadas”- os “sapatões originais” ou os “paizinhos”, independentemente da denominação - gozam de mais prestígio e reconhecimento. Dessa forma, à medida que o mero se relacionar entre as internas não se trata de um subterfúgio de sobrevivência, a apropriação do papel masculino-heteronormativo acaba o sendo.

Entretanto, insta lembrar que, ao sair das grades, a realidade se inverte. Na sociedade, quem mais sofre com a lesbofobia - o preconceito contra as mulheres que se relacionam com outras mulheres - é mais evidenciada contra as mulheres mais com performatividade mais masculinizada.

Aliás, mesmo para as mulheres com performatividade mais masculina no cárcere, não há como afirmar que seu *status* valorizado é um lucro, vez que elas continuam sendo corpos abjetos¹⁹² e aprisionados. Não se trata, portanto, de qualquer vantagem.

3.2.2 A Condição Das “Bichas” No Cárcere

A coletividade, dentro e fora da prisão, encontra-se intrinsecamente naturalizada em uma cultura do estupro, que diz respeito à banalização, por parte da sociedade, do estupro enquanto conduta e enquanto punição. A partir da década de 70, nos Estados Unidos, aflorou-se o debate sobre a cultura do estupro. Susan BROWNMILLER, em 1975,¹⁹³ inovou a abordagem feminista sobre o estupro. Segundo a autora, erram aqueles que associam o estupro a uma animosidade, intrínseca à natureza masculina, e à uma vulnerabilidade,

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021. p. 38.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² BUTLER. Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 1993. p. 3.

¹⁹³ BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: men, women and rape**. 3. ed. New York: Fawcett Columbine, 1975.

intrínseca da natureza feminina.¹⁹⁴ A autora retoma, também, historicamente o uso do estupro como arma de guerra e de controle social,¹⁹⁵ além de forma de subjugo colonizador.¹⁹⁶ Além disso, BROWNMILLER afirma, com todas as letras, que a questão da violência sexual é desentranhável da questão racial: o racismo e o machismo se juntam ao constatar que há um “mito racial”,¹⁹⁷ que associa - equivocadamente - os homens negros como estupradores. Contudo, conclui que o estupro é um exercício de poder,¹⁹⁸ e que tem características de exercício de autoridade.

A cultura do estupro, também, suscita em diversas incongruências a nível popular: ao mesmo tempo que é uma conduta normalizada histórica e socialmente, o estupro também é absolutamente repudiado. É um sentimento contraditório, acaba culminando em um fenômeno bizarro, que ocorre com a intersecção da normalização do estupro, de seu repúdio e do punitivismo: uma culturalização da vingança e do estupro corretivo. Popularmente, ao ficar sabendo de alguém que, notadamente (e fala-se notadamente porque se não há comprovação cabal a tendência é de proteção ao estuprador), estuprou outra pessoa ou, até, abusou sexualmente de uma criança, e, por conta disto foi preso, automaticamente surge à mente um sentimento de alívio, de tranquilidade. Há uma espécie de certeza de que a pessoa em questão receberá tratamento igual, ou sofrerá na medida que fez sofrer, dentro da prisão.

Segundo Camila Caldeira NUNES,¹⁹⁹ “Historicamente, os homens presos têm feito da sujeição sexual uma das formas mais importantes de demonstração de poder e dominação do outro”. Internos com performatividades mais afeminadas, ou que notadamente tivessem cometido crimes que ensejariam na vingança interna, pelo código de conduta **prisional**.²⁰⁰ Entretanto, ainda segundo Camila Caldeira NUNES, os internos passivos dessas relações de poder tinham a si imposto um “papel de mulher”.²⁰¹ Dessa prisionalização do estupro e pela normalização das relações homossexuais internas - que, ressalte-se, em sua enorme maioria não são consensuais, diferentemente dos relacionamentos entre mulheres encarceradas -, é que

¹⁹⁴ Idem. p. 13.

¹⁹⁵ Idem. p. 32.

¹⁹⁶ Idem. p. 140.

¹⁹⁷ BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: men, women and rape**. 3. ed. New York: Fawcett Columbine, 1975. p. 176.

¹⁹⁸ Idem. p. 256.

¹⁹⁹ Dias, Camila Caldeira Nunes. **PCC : hegemonia nas prisões e monopólio da violência** / Camila Caldeira Nunes Dias; coordenadores Alice Bianchini, Ivan Luís Marques e Luiz Flávio Gomes. – São Paulo : Saraiva, 2013. – (Coleção saberes monográficos). p. 305.

²⁰⁰ APUD LEMERT, Edwin; BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 90.

²⁰¹ Dias, Camila Caldeira Nunes. **PCC : hegemonia nas prisões e monopólio da violência** / Camila Caldeira Nunes Dias; coordenadores Alice Bianchini, Ivan Luís Marques e Luiz Flávio Gomes. – São Paulo : Saraiva, 2013. – (Coleção saberes monográficos). p. 312.

nasceu o termo “mulher de cadeia” ou “esposa”.²⁰² Com o advento do PCC nas prisões, continua Camila Caldeira NUNES, apesar de novas formas de resolução de conflitos, senão a forma física,²⁰³ a utilização de estupros corretivos seguia vigente, em especial contra

os condenados por crimes sexuais; aqueles que explicitamente não aceitavam o domínio do PCC; os matadores ou justiceiros, vistos como auxiliares da polícia; e, finalmente, os chamados malandrões, presos que simbolizavam a “velha ordem” do sistema prisional²⁰⁴

Todavia, um novo código de conduta do PCC²⁰⁵ veio por mudar a ordem vigente e proibiu o estupro dentro dos presídios dominados pelo Comando. A partir deste momento, no qual o novo código de conduta praticamente veio por erradicar os estupros dentro do ambiente prisional,²⁰⁶ os relacionamentos consensuais entre internos vieram à luz. No primeiro momento, o PCC fez vistas grossas, haja vista que na cultura prisional, à época, quando dois internos se relacionavam, eles não estariam em patamar de igualdade, já que o polo passivo da relação (a “esposa”) era visto como sendo, para todos os efeitos, do sexo feminino; ao passo que o polo ativo, era visto, ele sim, como homem.²⁰⁷ Contudo, com nova mudança paradigmática, por meio da qual o PCC passou a repudiar relacionamentos consensuais, e, especialmente, a figura do ativo,²⁰⁸ internamente ao cárcere, as “*bichas*” -²⁰⁹ termo que diz respeito tanto aos presos homossexuais e as travestis e mulheres transexuais - foram jogadas à margem carcerária, já que “deixaram de ser úteis”,²¹⁰ vez que as relações sexuais como moeda de troca não mais valiam.

É de se fazer um breve apêndice: importante salientar que, via de regra, a aplicação de pena e o alojamento de mulheres travestis e transexuais têm um caráter *genitalista*.²¹¹ Isto é: exige-se, para o alojamento ou a transferência para uma instituição prisional correspondente com a identidade de gênero da apenada quando esta já tiver passado por cirurgia de conformação de gênero. Todavia, algumas decisões jurisprudenciais trazem um alento, a

²⁰² Idem. p. 309.

²⁰³ Idem. p. 308.

²⁰⁴ Idem. p. 308.

²⁰⁵ Idem. p. 309.

²⁰⁶ Idem. p. 310.

²⁰⁷ Idem. p. 312.

²⁰⁸ Idem. p. 311.

²⁰⁹ Idem. p. 312.

²¹⁰ Idem. p. 316.

²¹¹ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global, 2020. (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT). Diretora: Marina Reidel. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021. p. 12.

exemplo da determinação do STJ (Superior Tribunal de Justiça), na figura do HC 497.226,²¹² que autorizou, em sede de liminar, a transferência de uma apenada travesti para um presídio feminino, vez que não havia, no local onde cumpria pena, ala destinada às apenadas e apenados LGBTs e a paciente corria sérios riscos. Apesar dos avanços, a perspectiva genitalista ainda se mantém, como veremos mais à frente.

Com os relacionamentos consensuais e as “bichas” à margem, e com o rechaço dos Comandos,

as assimetrias sociais são radicalizadas e a posição dos homossexuais é muito significativa: de um lado, houve uma redução de fato da coerção física e da exploração sexual de seus corpos; de outro, ocorreu um aumento da segregação e da discriminação contra esse grupo de presos, além de uma radical redefinição de sua função no sistema social prisional: deixam de ser objeto sexual para se constituírem como receptáculos, objetos inanimados, correspondentes a sua posição social nesse universo.²¹³

Nas cadeias comandadas pelo PCC, então, nasce a necessidade de incluir as “bichas”, mulheres transexuais, travestis e homens que com elas se relacionam ou que se relacionam entre si nas Unidades de Seguro, que, conforme Marcio ZAMBONI,²¹⁴ são as cadeias dos “coisas”, palavra

usada por integrantes e aliados do PCC para se referir àqueles que são vistos como inimigos: funcionários do sistema penitenciário, policiais, seguranças, presos vinculados a outros coletivos, ex-membros de *comandos*, presos que violaram o sistema de valores e os códigos de conduta do PCC.²¹⁵

Em especial com relação às mulheres transexuais e travestis, muitas vezes para amenizar a “coisificação” dos seus corpos, mas com um intuito de controle e docilização,²¹⁶ antes da criação das “Alas Gays”, sobre as quais falaremos mais adiante, as mulheres

²¹² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 497.226. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Mídias/arquivos/Noticias/Hc%20Min%20Schietti.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2021.

²¹³ Dias, Camila Caldeira Nunes. **PCC : hegemonia nas prisões e monopólio da violência** / Camila Caldeira Nunes Dias; coordenadores Alice Bianchini, Ivan Luís Marques e Luiz Flávio Gomes. – São Paulo : Saraiva, 2013. – (Coleção saberes monográficos). p. 319.

²¹⁴ ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê: Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, p. 93-115, 2017. Semanal. Ano 4. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135/71>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 94.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. Porto Alegre, 2014. 144 p. : il. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

transexuais e travestis eram obrigadas, ao adentrarem ao cárcere, a rasparem os cabelos.²¹⁷ Evidentemente, esta prática já era comum com internos que se identificam com o gênero masculino, como Erving GOFFMAN já descrevia:

Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda a mortificação. Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, **cortar os cabelos**, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado.²¹⁸
(Grifo meu)

Todavia, com relação às mulheres transexuais e travestis, o processo de cortar o cabelo, além de normalizador como para todo e qualquer interno, é, também, um processo de corte de identidade, de violência, vez que o cabelo, para essas mulheres, é importantíssimo no processo identitário. É uma institucionalização da violência normalizadora.

Em 2017, a VEP (Vara de Execuções Penais) do Distrito Federal determinou ao Centro de Detenção Provisória do DF que deixasse de cortar os cabelos das apenadas.²¹⁹ Na prática, contudo, a atividade se mantém. Em um dos relatos de uma das mulheres transexuais e travestis apenadas, presentes na cartilha do Governo Federal sobre tratamento de pessoas LGBT, elaborada em 2021, se lê:

Meu cabelo não foi cortado, ele foi mutilado. Eu tinha o cabelo na cintura e chegou uma portaria, não se de onde, que mandou que cortasse o cabelo de todo mundo. Não só meu, como das outras meninas e dos outros presos. Fomos forçadas a cortar o cabelo. Estamos lutando por isso com o diretor porque já veio uma conversa pra que a gente corte o cabelo de novo. Estamos tentando conversar com ele pra ver se ele deixa o nosso cabelo crescer porque querendo ou não a nossa aparência é feminina. Deixando o cabelo curto parece que eles querem nos obrigar a ser homem, mas nós não somos homens.²²⁰

²¹⁷ CARVALHO, Eder Aparecido de; PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sergio. Diversidade sexual e de gênero no sistema prisional: discriminação, preconceito e violência. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da Ufscar, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 253-273, 2019. Semanal. Pimenta Cultural. <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.090>. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.090>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 263.

²¹⁸ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1981. Tradução de Dante Moreira Leite. p. 25.

²¹⁹ “VEP/DF decide que presos com identidade de gênero feminina não precisam cortar o cabelo”. Disponível em <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/setembro/vep-df-decide-que-presos-com-identidade-de-genero-feminina-nao-precisam-cortar-o-cabelo>>. Acesso em 10 de fev. de 2021.

²²⁰ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global, 2020. (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT). Diretora: Marina Reidel. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021. p. 45.

Diante de tamanhas violações de direitos humanos, além das violações na esfera subjetiva das apenadas travestis e transexuais e de seus parceiros, surgiu a necessidade de criação de locais específicos, que não fossem os “seguros”,²²¹ onde essas pessoas pudessem não só conviver em harmonia, sem riscos de vida, como também performar livremente sua expressão de gênero e sexualidade. A Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014,²²² elaborada para “estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil”, já previa:

Art. 3º Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

§ 1º Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

§ 2º A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

Além disso, dentre outros parâmetros, a Resolução previa, também que as pessoas travestis e transexuais, tanto femininos, quanto masculinos, fossem encaminhadas a unidades prisionais femininas;²²³ que fosse permitida a manutenção dos cabelos compridos e de demais manifestações performativas;²²⁴ que fosse assegurada a realização de visitas íntimas;²²⁵ e continuidade de tratamento hormonal.²²⁶ Todavia, na prática, infelizmente, a aplicação dessas

²²¹ Local para onde são enviados os apenados inimigos das facções; agressores sexuais ou que corram risco de vida.

²²² Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014; Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

²²³ “Art. 4º As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas. Parágrafo único. Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade”. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014; Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

²²⁴ “Art. 5º À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero”. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014; Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

²²⁵ “Art. 6º É garantido o direito à visita íntima para a população LGBT em situação de privação de liberdade, nos termos da Portaria MJ nº 1190/2008 e na Resolução CNPCP nº 4, de 29 de junho de 2011.” Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014; Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

²²⁶ “Art. 7º É garantida à população LGBT em situação de privação de liberdade a atenção integral à saúde, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP. Parágrafo único - À pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de

previsões é atravancada pela realidade: um sistema prisional superlotado, inchado, que não tem capacidade sequer de lidar com a massa carcerária em sua globalidade, quem dirá lidar com as subjetividades dos internos. Tanto é que das 508 Unidades analisadas pelo diagnóstico do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apenas 106, “todas masculinas, indicaram que dispõem de um espaço designado para realizar a custódia de homens cisgênero homossexuais, bissexuais, travestis, mulheres trans e, em muitos casos, homens cisgênero heterossexuais que mantêm relações afetivo-sexuais com essa população”.²²⁷ Os dados, segundo o INFOPEN de 2019,²²⁸ são ainda mais dramáticos: apenas 3% dos presídios têm alas exclusivas para pessoas LGBT. Ademais, quando em visita para a elaboração do relatório diagnóstico do Governo Federal, por vezes, ao entrevistar mulheres transexuais ou travestis nas unidades prisionais, os nomes delas foram todos passados no masculino.²²⁹

Assim, apesar de apresentar avanços, estes ainda se colocam de forma sutil. O fato é que os corpos encarcerados, mesmo quando recebem certa quantia de reconhecimento, continuam sendo, ora, encarcerados. Como tal, recebem migalhas de humanidade, por trás das quais sempre existe o fantasma do controle e da neutralização. Não há, portanto, como se falar em ganhos, haja vista que a existência dessas mulheres e de seus companheiros é de constante alerta. Nesse sentido, leciona Amilton Gustavo da Silva PASSOS:

O risco pode não ser imediato, mas a vigilância para mantê-lo distante é constante. Se, por um lado, esses indivíduos estão, em certa medida, livres da violência, por outro, vivem sobre uma constante ameaça de serem retirados da ala. Não existem posições fixas de perigo ou segurança.

liberdade, serão garantidos a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico”. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014; Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

²²⁷ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global, 2020. (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT). Diretora: Marina Reidel. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021. p. 73.

²²⁸ “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias”. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMTVjZDQyODUtN2FjMi00ZjFkLTlhZmItNzQ4YzYwNGMxZjQzLiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

²²⁹ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global, 2020. (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT). Diretora: Marina Reidel. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021. p. 29.

4 CONCLUSÃO

O Sistema Punitivo brasileiro, desde o seu momento nascituro, em especial em meados dos séculos XVII e XVIII, se mostrou, em todos os aspectos, desorganizado, racializado, escravocrata, ideologicamente cristão e com a tendência de controle da sexualidade como forma de dominação social. Dividiam o cárcere todos os tipos de pessoas: o insurgente, o doente mental, o criminoso, o escravo. Além disso, à época, o antigo subjugo colonial, que fora substituído pelo subjugo do sistema jurídico e de sua aplicação prática aos interesses econômicos e escravocratas, fez com que o sistema punitivo fosse usado como nova forma de tortura de escravos insurgentes, e, especialmente, como subterfúgio prático da coibição da cultura negra.

Falou-se deste recorte entre o final da aplicação das Ordenações Portuguesas e a legislação da Velha República para constatar que todos esses aspectos elencados sobre o sistema punitivo se mantêm vigentes: contemporaneamente, o sistema segue racializado, elitista, seletivo, desorganizado, e, como ora se mostrou, segue usando da sexualidade como forma de controle massificado. Assim, o trabalho veio por analisar algumas das diversas formas de controle do sistema punitivo contemporâneo para mostrar que, para todos os efeitos, aquelas características ora citadas do sistema nascituro se mantêm, como o “bife à milanesa com batatas fritas”.²³⁰ Por meio das diferentes formas de criminalização, descritas por Alessandro BARATTA,²³¹ - a primária, a secundária e a terciária - se constrói a imagem do delinquente.

Na criminalização primária, são construídos os tipos pré-crime, o estabelecimento de estatutos que venham antes do crime: a criação legislativa do delito. Por meio desta, que se apresenta como algo despretensioso, mas que, ao fim e ao cabo, acaba por delimitar os interesses das elites e das classes dominantes, e estabelecem quais crimes e como devem ser punidos, bem como delimita ideologicamente quem são os criminosos: em sua maioria, pretos, pobres, jovens e favelados.

Em seguida, há a criminalização secundária, que ocorre como a resposta à criminalidade e ao criminoso, dando a ele *status* de tal. A mídia tem grande papel nessa estigmatização, vez que condena antes mesmo da justiça ao atribuir a criminosos e suspeitos títulos pejorativos, supernotifica crimes e induz o público ao punitivismo. A polícia, como

²³⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. Tradução de Sérgio Lamarão. p. 16.

²³¹ BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. p. 86

titular da força do poder punitivo, também age como instrumento de estigma, haja vista que é colocada estrategicamente em locais periféricos e de população pobre e preta, a “super policialização”, é direcionada a cumprir tabela de apreensões, forja flagrantes e reitera o - falso - estigma criado na criminalização primária de que esta população comete mais crimes.

A criminalização terciária é aquela que ocorre após o crime, após a prisão. Para muito além de um fenômeno coletivo, acaba sendo, primeiramente, um fenômeno subjetivo, individual. Trata-se da forma que o preso, o criminoso, o condenado, se vê internamente. A convivência no cárcere, bem como o tratamento por parte de todas as esferas (mídia, polícia, Ministério Público, Judiciário, família, cárcere, demais presos), fazem com que o apenado passe a ter uma auto visão enquanto criminoso. Assim nascem as subculturas criminais.

Ao mesmo tempo que ocorre toda essa seletividade, outro fenômeno paralelo também ocorre: a marginalização das pessoas LGBT. Seja pela evasão escolar, seja pela falta de oportunidades de emprego, seja pelo preconceito da família - as várias formas de aplicação da heterossexualidade compulsória - as pessoas LGBT acabam sendo jogadas à margem. Especialmente as mulheres travestis e transexuais, e especialmente as que forem negras, são renegadas em todos os aspectos e obrigadas à marginalização. Em situação de vulnerabilidade e marginalização, estas pessoas acabam estando mais suscetíveis à seletividade penal das criminalizações primária e secundária. Não necessariamente essas pessoas são perseguidas pelo poder punitivo por serem LGBT, mas por serem LGBT, ficam mais suscetíveis ao poder punitivo. Claro, as diferentes vivências, aqui, bem como as interseccionalidades, pesam na balança: a vivência de um homem gay, branco, de classe média alta é completamente diferente da vivência de uma travesti preta e favelada.

Essas subjetividades, bem como as interseccionalidades, pesam, também, depois do encarceramento. É extremamente difícil ser uma mulher presa, vez que as mulheres apenas sofrem com o abandono estatal, mas também o abandono familiar. Nesse mar de abandono, todavia, as mulheres, por vezes, encontram grandes amores entre si: a homossexualidade feminina na prisão é muito recorrente. Por conta disso, se fez uma análise, retomando os trabalhos de Dráuzio VARELLA, em “Prisioneiras” e de Nana QUEIROZ, em “Presos que Menstruam”, das performatividades da lesbianidade no cárcere. Dentre as “sapatões originais”, as “badaroscas”, as “chinelinhos” e tantas outras, o que se conclui é que, apesar das relações duradouras e de afeto, por vezes, os relacionamentos lésbicos no cárcere são marcados por traços de heteronormatividade. Todavia, a criação de vínculos tão fortes é um alento em meio ao abandono.

Para além, se ser mulher no cárcere é difícil, mais difícil ainda é ser uma mulher travesti ou transexual dentro de um presídio masculino. Mais difícil ainda é ter sua identidade renegada, ser tratada pelos pronomes errados, ser chamada de “bicha”, sofrer inúmeras ameaças, por parte dos Comandos e demais internos e ser empurrada à margem dentro de um ambiente carcerário já marginalizado. Apesar de a criação das “Alas Gays” como alternativa ao envio aos seguros, a realidade ainda é de abandono.

REFERÊNCIAS

ADPF 347 MC, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 09/09/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-031 DIVULG 18-02-2016 PUBLIC 19-02-2016. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

AGO, Natália; ZAMBONI, Marcio; SPG 13: ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA DO DIREITO, SOCIOLOGIA DA PUNIÇÃO E ENCARCERAMENTO: DISCUTINDO O SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL, 40., 2016, Caxambu. **POLÍTICAS SEXUAIS E AFETIVAS DA PRISÃO: GÊNERO E SEXUALIDADE EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**. Caxambu: Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016. 25 p.

Aguiar, Roberto. **O que é justiça** : uma abordagem dialética / Roberto Aguiar – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020. 320 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 279).

Apelação Cível 1047110-08.2019.8.26.0100; Rel. MARCIA DALLA DÉA BARONE. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/decisao-record-bacci.pdf>>. Acesso em: 01 de fev. 2021.

ARGUELLO, Katie and MURARO, Mariel, **Las Mujeres Encarceladas Por Tráfico De Drogas En Brasil**: Las Muchas Caras De La Violencia Contra Las Mujeres (Women Imprisoned for Drug Trafficking in Brazil: The Many Faces of Violence Against Women) (May 27, 2015). Oñati SocioLegal Series, Vol. 5, No. 2, 2015. Available at SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2611052>>. Acesso em: 10 de fev. 2021.

BACCI, Irina Karla. **VOZES LÉSBICAS NO BRASIL**: a busca e os sentidos da cidadania lgbt. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direitos Humanos e Cidadania, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20767>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BARATTA, Alessandro. **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA DO DIREITO PENAL**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tradução de Juarez Cirino dos Santos.

BASSANI, Fernanda. **Visita íntima**: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BATISTA, Nilo. **Punidos e Mal Pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

_____. **Verso e Reverso do Controle Penal**: os sistemas penais brasileiros. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. Organização de Vera Regina Pereira de Andrade.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: 1. fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Tradução de Sérgio Milliet.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo. 1984 Ed Abril.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: uma etnografia do pcc. 2. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. 2000. São Paulo. Ed. Saraiva.

BRASIL, **LEI Nº 13.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017**. “Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13434.htm>. Acesso em: 05 de fev. 2021.

_____. ADI 4277 / DF - DISTRITO FEDERAL; Relator(a): Min. AYRES BRITTO. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur200017/false>>. Acesso em: 03 de fev. 2021.

_____. **CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)**. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 11 de set. 2020.

_____. **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 11 de set. 2020.

_____. **LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 2006.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 497.226. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/Noticias/HC%20Min%20Schietti.pdf>. Acesso em 10 de fev. 2021.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will**: men, women and rape. 3. ed. New York: Fawcett Columbine, 1975.

BUTLER, Judith.; BRETAS, A. Meramente cultural. **Ideias**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 227–248, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em: 05 de fev. 2021.

_____. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. p. 15.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.

_____. *Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993.

CARDOSO, Helena Schiessl. **DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25722/Dissertacao%20Helena%20Schiessl%20Cardoso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 de out. 2020.

CARVALHO, Eder Aparecido de; PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sergio. Diversidade sexual e de gênero no sistema prisional: discriminação, preconceito e violência. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da Ufscar, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 253-273, 2019. Semanal. Pimenta Cultural. <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.090>. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.090>. Acesso em: 10 de fev. 2021.

CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da Vida**: o cotidiano de mulheres presidiárias. 1995. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Social, Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2238/1/Maria%20Auxiliadora%20Cesar.pdf>. Acesso em 05 de fev. 2021.

COELHO, Luís Carlos Honório de Valois. **O Direito penal da Guerra às Drogas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, Cadastro Nacional de Presos". Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em 05 de fev. 2021.

DIAMOND, Lisa M.. **SEXUAL FLUIDITY**: understanding women's love and desire. London: Harvard University Press, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC** : hegemonia nas prisões e monopólio da violência / Camila Caldeira Nunes Dias; coordenadores Alice Bianchini, Ivan Luís Marques e Luiz Flávio Gomes. – São Paulo : Saraiva, 2013. – (Coleção saberes monográficos).

DINIZ, Debora. **Cadeia: Relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Ebook. Disponível em: <https://www.amazon.com/Cadeia-Relato-Mulheres-Portuguese-Brasil/dp/8520012647>. Acesso em 03 de fev. 2021.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões** : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. Porto Alegre, 2014. 144 p. : il. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

_____. **Travestis e prisões**: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil. Curitiba: Multideia, 2015.

FOUCAULT, M. A vontade de saber (1976). Rio de Janeiro: Graal, 1999. (História da sexualidade, 1).

_____. **História da Sexualidade**: i. vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 152 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. O Olho do Poder. i. microfísica do poder. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2004.

_____. Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão. 1999. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRASER, N. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 277–294, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1981. Tradução de Dante Moreira Leite.

GRANJA, Patrick. **Cadê o Amarildo?** upp: o novo dono da favela. Rio de Janeiro: Revan, 2015. (Criminologia de Cordel 4, Instituto Carioca de Criminologia).

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Camilo Barbosa.

LEMERT, Edwin M.. Human Deviance, Social Problems, & Social Control. Englewood Cliffs: Prentice Hall, Inc, 1967.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2017. Disponível em <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

LUZ, Robenilton dos Santos; VENTURI, Gustavo (org); BOKANY, Vilma (org.). **A intersecção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e sub-hegemonias**. In: Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MADEIRA, Ronaldo Janus. **Da Prova e do Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, Camila Cardoso de. A Contribuição do Discurso Criminológico Latino-Americano Para Compreensão do Controle Punitivo Moderno Penal na América Latina. **Dom Helder: Veredas do Direito**, Belo Horizonte, 2006.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento**. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global, 2020. (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT). Diretora: Marina Reidel. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. 2009. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 4ª Edição. 2011. São Paulo Revista dos Tribunais.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>. Acesso em 11 de set. 2020.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em 11 de set. 2020.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>. Acesso em 11 de set. 2020.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **UMA ALA PARA TRAVESTIS, GAYS E SEUS MARIDOS: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de porto alegre**. 2014. 109 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós

Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106455/000941753.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 fev. 2021.

QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2015. Ebook. Disponível em <https://www.amazon.com.br/dp/B0106KU5LC/ref=docs-os-doi_0>. Acesso em 01 de fev. 2021.

Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014; Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view>>. Acesso em 12 de fev. 2021.

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 1999 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/ato_normativo_federal_resol-01.pdf>. Acesso em 03 de fev. 2021.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e Prática Histórica da Execução Penal no Brasil**. 2013. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROSENMAN, Marcos Roitman. **Pensar América Latina**. El Desarrollo de la sociología latinoamericana. Clacso. 2008.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**, 2a ed, Rio de Janeiro, Lumen Juris/ICPC, 2006.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 23, 2016. FapUNIFESP (SciELO).

SILVA, Ramon Alves; ARCELO, Adalberto Antonio Batista. Heteronormatividade e sistema carcerário no Brasil contemporâneo. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, p. 29-37, jun. 2016. Dossiê Criminologia e Feminismo. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23597>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

SODRÉ, Muniz. **A sedução dos fatos violentos**. Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro, edição nº 1.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. Ebook. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005. Disponível em: <<https://www3.livrariacultura.com.br/estacao-carandiru-2012992110/p>>. Acesso em 03 de fev 2021.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/gp/product/B071XTVF38/ref=ppx_yo_dt_b_d_asin_title_o00?ie=UTF8&psc=1>. Acesso em 05 de fev. 2021.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. Tradução de Sérgio Lamarão.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminologia**: aproximación desde un margen. Bogotá: Temis S.A, 1988.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro – I**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. 2003. Ed. Revan.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê: Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, p. 93-115, 2017. Semanal. Ano 4. Disponível em: <<https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135/71>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

“A ocupação das Favelas do Alemão”. G1. Rio de Janeiro, 28/11/2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>>. Acesso em 03 de fev. 2021.

“Drauzio Varella: “O único lugar onde as mulheres têm liberdade sexual é na cadeia”. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/03/11/mundo/noticia/drauzio-varella-unico-lugar-onde-mulher-es-liberdade-sexual-cadeia-1864799>>. Acesso em 02 de fev. 2021.

“Fator de exclusão da população LGBT é a família, diz censo”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/fator-de-exclusao-da-populacao-lgbt-e-familia-a-diz-censo.html>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

“Quais são os bairros mais violentos e os mais pacíficos de Curitiba?”. Gazeta do Povo. Curitiba, 19/01/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/quais-sao-os-bairros-mais-violentos-e-os-mais-pacificos-de-curitiba-67vj6n8pbgagu20aj6y3zhned/>>. Acesso em 05 de fev. 2021.

“VEP/DF decide que presos com identidade de gênero feminina não precisam cortar o cabelo”. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/setembro/vep-df-decide-que-presos-com-identidade-de-genero-feminina-nao-precisam-cortar-o-cabelo>>. Acesso em 10 de fev. de 2021.

“Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias”. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibMTVjZDQyODUtN2FjMi00ZjFkLTlhZmItNzQ4YzYwNGMxZjZlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em 13 de fev. de 2021.